

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE
RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

RAFAEL BEZERRA VIEIRA

Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações
contábeis das empresas de capital aberto

Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins

RIBEIRÃO PRETO

2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Rudinei Toneto Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Maria Procópio de Araújo
Chefe do Departamento de Contabilidade

RAFAEL BEZERRA VIEIRA

Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Aversari Martins

RIBEIRÃO PRETO

2010

ERRATA

VIEIRA, RAFAEL BEZERRA. **Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto.** (2010). 73 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Página	linha	onde se lê	leia-se
7	2	a minha mãe,	à minha mãe,
7	3	a Heloísa,	à Heloísa,
7	5	a minha prima,	à minha prima,
7	6	a minha família,	à minha família,
7	7	aos meus amigos,	aos meus amigos,
7	8	e a Monally,	e à Monally,
7	9	por todo o apóio e força,	por todo o apoio e força,
8	1	Agradeço a meu pai	Agradeço ao meu pai
8	4	A minha mãe	À minha mãe
8	7	A Heloísa	À Heloísa
8	9	pelas idéias	pelas ideias
8	13	A minha namorada	À minha namorada
8	14	e fossemos	e fôssemos
8	15	A minha	À minha
18	2	pois foi com essa lei que se iniciou o caminho na direção	pois com essa lei houve um grande passo na direção
18	8	exterior, a qual que colocou	exterior, que colocou
18	25	Alguns estudos vêm	Alguns estudos vem
19	1	Muitos desses estudos têm	Muitos desses estudos tem
19	7	se iniciou-se	se iniciou
19	8	aplicação, foi curto	aplicação foi curto
19	19	contabilidade. e	contabilidade, e
20	1	associados a maior	associados à maior
22	1	levaram o desenvolvimento	levaram ao desenvolvimento
22	7	maior acesso a informação	maior acesso à informação
22	8	demonstrações têm o	demonstrações tem o
23	18	empresas brasileiras, de	empresas brasileiras durante o período de
24	2	por serem estas	por serem essas
24	5	Reconhecimento mais oportuno de perdas entende-se como o que melhor	Entende-se como reconhecimento mais oportuno de perdas o que melhor
26	14	as empresas, e ao	as empresas e ao
27	1	que vêm desenvolvendo	que vem desenvolvendo
27	9	o principio de	o princípio de
28	31	de transparência. E concluiu que	transparência, concluindo que no
29	17	auditores têm de enfrentar	auditores tem de enfrentar
32	28	vez, outros	primeira vez. Outros
33	13	foi considerado	foram considerados
35	10	quanto à publicação	quanto a publicação
36	2	administradores poderia ser	administradores poderiam ter

42	36	têm-se	tem-se valores
49	13	Quanto à variação	Quanto a variação
52	4	Quanto à análise	Quanto a análise
54	42	elevada, o que levanta suspeitas	elevada, levantando suspeitas
55	20	Quanto à variação	Quanto a variação
59	3	quanto o reconhecimento	quanto ao reconhecimento
59	25	utilidade destes novos	utilidade desses novos
65	16	Esta amostra	Essa amostra
66	15	composta das empresas	composta por empresas

Página

Quadro

40

Quadro 01– Escala de comparabilidade

Escala	Opção
1	(a), (b) e (c)
2	(a) e (b)
3	(a) e (c); (c)
4	(b) e (c)
5	(b)
6	(a)

Fonte: Elaborado pelo autor

o quadro correto é:

Quadro 01– Escala de comparabilidade

Escala	Opção
1	(a), (b) e (c)
2	(a) e (b)
3	(a) e (c); ou (c)
4	(b)
5	(a)

Fonte: Elaborado pelo autor

Vieira, Rafael Bezerra

Impactos da implantação parcial das IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto. Ribeirão Preto, 2010.

70 p.: il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da USP/Ribeirão Preto. Área de concentração: Usuários Externos.

Orientador: Martins, Vinícius Aversari

1. Adoção das IFRS. 2. Divulgação. 3. Qualidade da Informação. 4. CPC.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Vieira, Rafael Bezerra

Título: Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade.

Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu pai,
a minha mãe,
a Heloísa,
ao meu orientador,
a minha prima,
a minha família,
aos meus amigos,
e a Monally,
por todo o apóio e força,
mas principalmente, por nunca me deixar desistir,
e nunca desistirem de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai, Carlos Vieira, pelo amor incondicional, por ser meu exemplo, minha força e meu maior guia. Todos os seus ensinamentos direcionam meus caminhos e minha vida. É o pai e o profissional que quero ser.

A minha mãe, Liliam, por sempre estar ao meu lado, e me ensinar como pensar e decidir com meu coração, me mostrando como me superar todos os dias e sempre dar o melhor de mim.

A Heloísa, por sempre me ajudar em cada etapa da minha vida, me conquistando meu carinho com seu jeito perseverante e inteligente.

Ao meu orientador, professor Vinícius Aversari Martins, pelas idéias, paciência, motivação, ensinamentos e as diversas e intensas discussões que me permitiram trilhar essa difícil jornada de forma muito mais complicada e divertida. No meio de tantos, encontrei o melhor.

A minha namorada, Monally, pelo apoio e por todo o amor. Tudo que nos aconteceu, só aconteceu para que estivéssemos juntos e fossemos felizes juntos.

A minha prima, Milla, que sempre me dá forças para rir, nos momentos mais fáceis e principalmente, nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos mais antigos, só uma letra precisa ser dita: “X”.

A Universidade de São Paulo, especialmente à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP/USP, pela estrutura física e intelectual oferecidas para a realização do curso e conclusão deste trabalho.

Devo minha enorme gratidão a todos os professores da FEA-RP, por toda a contribuição nos diversos pontos do caminho, em especial aos professores Amaury José Rezende, Adriana Maria Procópio de Araújo, Carlos Roberto de Godoy, Evandro Marcos Saidel Ribeiro, Flávio Donizete Batistella, Máisa de Souza Ribeiro, Roni Cleber Bonizio, Rosana Carmen de Meiroz Grillo Gonçalves, Sílvio Hiroshi Nakao.

Aos professores Ariovaldo dos Santos e Sílvio Hiroshi Nakao por contribuírem para de forma direta a minha pesquisa, durante a qualificação.

Aos dois irmãos que conheci no mestrado, João e André. Que nossas diversas horas de discussões e diversão sejam infindáveis, pois ainda tenho muito que aprender com ambos.

Aos grandes amigos que muito contribuíram para meu desenvolvimento ao longo desse período, em especial: Beth, Eduardo Baiano, Eduardo Castaldelli, Juliana, Iraci, Bonacim, Rômulo e Val. Assim como todos os integrantes do meu segundo lar, a Casa da Pós.

Aos funcionários da FEA-RP/USP, em especial à Érika, à Vânia e à Larissa, por toda a paciência.

À Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - Ribeirão Preto – SP (FUNDACE) pelo apoio financeiro.

E, finalmente, a todos aqueles que contribuíram para minha formação pessoal e acadêmica ao longo dos anos.

RESUMO

VIEIRA, R. B. **Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil: Efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto.** 2010. 70f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Com a aprovação da lei 11.638/07, o Brasil iniciou o processo de adoção de normas internacionais de contabilidade (IFRS), as quais são consideradas internacionalmente como uma das normatizações de maior qualidade. Considerando que esse processo está sendo feito em duas grandes etapas, sendo a primeira a adoção parcial das IFRS (2008) e a segunda a adoção completa, este trabalho estudou os efeitos que ocorreram na qualidade da informação contábil na fase de adoção parcial. Em termos de qualidade da informação contábil estudou-se o gerenciamento de resultado, o reconhecimento oportuno de perdas e a relevância das informações contábeis, com o objetivo de identificar se houve aumento na qualidade das informações contábeis. Foram usadas amostras estratificadas a partir do conjunto completo de empresas de capital aberto com o objetivo de comparar eventuais mudanças da qualidade das informações contábeis entre os períodos pré e pós-adoção parcial por meio de análise de seis medidas de qualidade. Em todas as amostras foram encontrados indícios que levam a crer que houve aumento na qualidade das informações contábeis quando medidas por gerenciamento através de alisamento de resultados. Entretanto isso não foi possível afirmar quando usado o gerenciamento para atingir meta. Quanto ao reconhecimento oportuno de perdas, foram encontrados resultados conflitantes, alguns demonstrando aumento de qualidade e outros não. Para relevância da informação contábil, os indícios, em todas as amostras, são de que houve aumento na qualidade das informações. Em geral, os resultados são condizentes com a literatura, demonstrando que as IFRS, mesmo parcialmente adotadas, proporcionam melhora na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto do Brasil.

Palavras-Chave: 1. Adoção das IFRS. 2. Divulgação. 3. Qualidade da Informação. 4. CPC.

ABSTRACT

VIEIRA, R. B. **Impacts of partial implementation of IFRS in Brazil: Effects on the quality of accounting information of publicly traded companies**. 2010. 70f. Master's Thesis – University of São Paulo at Ribeirão Preto School of Economics, Business Administration and Accountancy, Ribeirão Preto, 2010.

With the approval of the law 11.638/07, Brazil started the process of adopting international accounting standards (IFRS), which are regarded internationally as one of the highest quality norms. Whereas this process is done in two main stages, the first being the partial adoption of IFRS (2008) and the second is full adoption, this paper studied the effects that occurred in the quality of accounting information in the phase of partial adoption. In terms of quality of accounting information studied the earnings management, timely loss recognition and value relevance, in order to identify whether there was an increase in the quality of accounting information. We used stratified samples from the complete set of publicly traded companies in order to compare any changes in the quality of financial information between periods before and after partial adoption by analysis of six quality measures. In all samples found evidence to suggest that there was an increase in the quality of accounting information as measured by management through smoothing results. However this was not possible to say when used to management to achieve goal. As for the timely recognition of losses, there were conflicting results, some showing an increase in quality and not others. For the relevance of accounting information, the evidence in all samples, are that there was an increase in information quality. In general, the results are consistent with literature showing that IFRS, even partially adopted, provide improved quality of accounting information of publicly traded firms in Brazil.

Keywords: 1. Adoption of IFRS. 2. Disclosure. 3. Information Quality. 4. CPC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo por opção	36
Tabela 2 – Divulgou haver efeitos iniciais (Opção X Setor)	37
Tabela 3 – Variações – Completo.....	38
Tabela 4 – Variações – Completo sem <i>outliers</i>	39
Tabela 5 – Variações – Somente empresas que declararam haver mudança.....	39
Tabela 6 – Variações – Empresas que declararam mudança sem <i>outliers</i>	39
Tabela 7 – Divulgação dos efeitos por níveis de governança, Ibovespa e ADR.....	41
Tabela 8 – Variações - Completo Nível 1	41
Tabela 9 – Variações - Completo Nível 2	42
Tabela 10 – Variações - Completo Nível 2 sem <i>outliers</i>	42
Tabela 11 – Variações - Completo Novo Mercado	42
Tabela 12 – Variações - Completo Novo Mercado sem <i>outliers</i>	42
Tabela 13 – Variações - Completo IBOVESPA.....	43
Tabela 14 – Variações - Completo IBOVESPA sem <i>outliers</i>	43
Tabela 15 – Variações - Completo ADR.....	44
Tabela 16 – Variações - Completo ADR sem <i>outliers</i>	44
Tabela 17 – Estatísticas descritivas da amostra 1	45
Tabela 18 – Variância do Δ NI/TA (F-teste)	46
Tabela 19 – Variância do Δ NI/OCF (F-teste).....	46
Tabela 20 – Variância do Δ NI/OCF – Outliers (F-teste).....	46
Tabela 21 – Teste de Normalidade (Kolmogorov-Smirnov).....	47
Tabela 22 – Correlação de Spearman entre <i>accrual</i> e fluxo de caixa operacional.....	47
Tabela 23 – Regressão logística para variável SPOS	48
Tabela 24 – Regressão logística para variável LNEG	48
Tabela 25 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pré-adoção).....	49

Tabela 26 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pós-adoção)	49
Tabela 27 – Estatísticas descritivas da Amostra 2.....	51
Tabela 28 – Variância do Δ NI/TA (F-teste).....	52
Tabela 29 – Variância do Δ NI/TA – <i>Outliers</i> (F-teste).....	52
Tabela 30 – Variância do Δ NI/OCF (F-teste).....	52
Tabela 31 – Variância do Δ NI/OCF – <i>Outliers</i> (F-teste).....	52
Tabela 32 – Teste de Normalidade (Kolmogorov-Smirnov).....	53
Tabela 33 – Correlação de Spearman entre <i>accrual</i> e fluxo de caixa operacional.....	53
Tabela 34 – Regressão logística para variável SPOS	54
Tabela 35 – Regressão logística para variável LNEG.....	54
Tabela 36 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pré-adoção).....	55
Tabela 37 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pós-adoção)	55
Tabela 38 – Variância de Δ NI/TA e Δ NI/OCF (F-teste).....	57
Tabela 39 – Teste de Normalidade (Kolmogorov-Smirnov).....	58
Tabela 40 – Correlação de Spearman entre <i>accrual</i> e fluxo de caixa operacional.....	58
Tabela 41 – Regressão logística para variável SPOS	58
Tabela 42 – Regressão logística para variável LNEG.....	58
Tabela 43 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pré-adoção).....	59
Tabela 44 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pós-adoção)	59
Tabela 45– Variância de Δ NI/TA e Δ NI/OCF (F-teste).....	59
Tabela 46– Teste de Normalidade (Kolmogorov-Smirnov).....	60
Tabela 47– Correlação de Spearman entre <i>accrual</i> e fluxo de caixa operacional.....	60
Tabela 48– Regressão logística para variável SPOS	60
Tabela 49– Regressão logística para variável LNEG.....	61
Tabela 50– Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pré-adoção).....	61
Tabela 51– Dados regressão para variável dependente "PRICE" (pós-adoção)	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	<i>Accrual</i>
ADR	<i>American Depositary Receipt</i>
BVEPS	Variável para patrimônio líquido por ação
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de valores mobiliários
DFC	Demonstração do fluxo de caixa
DISSUE	Variável para variação percentual no total de passivos
DOAR	Demonstração de origens e aplicações de recursos
EISSUE	Variável para variação percentual no capital próprio
GROWTH	Variável para variação percentual nas vendas
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LEV	Total de passivos ao fim do ano divididos pelo patrimônio líquido ao fim do ano
LL	Lucro Líquido
LNEG	Variável para medida de grande resultado negativo
NI	Lucro Líquido
NIPS	Variável para lucro líquido por ação
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
OCF	Fluxo de caixa das operações
PL	Patrimônio Líquido
POST	Variável para Pré-adoção e Pós-Adoção
PRICE	Variável para preço da ação
SIZE	Variável para tamanho da empresa
SPOS	Variável para medida de gerenciamento através de pequenos lucros
TA	Ativo total
TURN	Variável para giro do ativo
US GAAP	<i>United States Generally Accepted Accounting Principles</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
2.1 Gerenciamento de resultado.....	22
2.2 Reconhecimento oportuno de perdas.....	24
2.3 Relevância das informações contábeis.....	25
2.4 Qualidade da informação contábil e IFRS.....	26
2.5 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.....	30
3. METODOLOGIA.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 Pronunciamento CPC 13.....	38
4.2 Qualidade das informações.....	47
4.2.1 Amostra 1.....	47
4.2.2 Amostra 2.....	53
4.2.3 Amostras e relação com CPC 13.....	59
5. CONCLUSÃO.....	66
6. REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei nº 11.638/07, o Brasil alcançou um novo patamar na normatização contábil, pois foi com essa lei que se iniciou o caminho na direção da normatização internacional, os *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Essa tarefa ficou a cargo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que emite pronunciamentos técnicos em consonância com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Para o CPC¹ esse processo é resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, a qual colocou as empresas brasileiras em contato direto com economias (e normatizações contábeis) mais avançadas, trazendo como consequência custos extras e dificuldade na troca de informações. Ao adotarem um padrão contábil como o IFRS, as empresas brasileiras diminuem a necessidade de publicar suas demonstrações em mais de um padrão, assim como podem atingir a um maior número de usuários no mercado internacional.

Essas afirmações são corroboradas por diversos autores, como Combarros (2001), Chairas e Radianto (2001) e Carvalho (2007). De modo geral, esses autores defendem a idéia de que as empresas precisam fornecer informações para uma gama de usuários cada vez mais ampla e diversificada, fazendo com que a convergência de normas proporcione efetiva comparabilidade e maior compreensão de informação contábil no âmbito internacional, bem como economia de tempo e dinheiro na consolidação de diferentes informações financeiras.

Em consequência, a adoção das IFRS coloca o Brasil em consonância com o objetivo do IASB, que é a emissão de um conjunto de normas contábeis que gere informações de alta qualidade. Com a adoção dessas normas surge a possibilidade de se verificar se a aplicação das mesmas atinge o objetivo proposto, comparando-se as informações emitidas pelos padrões locais anteriores com as emitidas pelos novos padrões e, com isso, tentar compreender como as informações contábeis se modificaram durante esse processo de convergência.

Alguns estudos vêm evidenciando que demonstrações publicadas conforme os IFRS geram informação de maior qualidade em relação aos padrões locais (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MORAIS; CURTO, 2008; KARAMANOU; NISHIOTIS, 2009) enquanto outros mostram que não houve mudanças significativas, ou ainda que os padrões locais se mostram superiores (TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; DASKE, 2006).

¹ Extraído de <http://www.cpc.org.br>, em 4/10/09

Muitos desses estudos têm em comum o fato de compararem as empresas em períodos pré-adoção e pós-adoção (MORAIS; CURTO, 2008; KARAMANOU; NISHIOTIS, 2009). Com a mudança de normatização, o Brasil se coloca em condições de contribuir para essa linha de pesquisa, exportando sua experiência na adoção.

Entretanto, duas características do processo de convergência brasileiro chamam atenção:

-O processo efetivo de convergência no Brasil iniciou-se de maneira abrupta, pois o prazo entre a publicação da lei e sua efetiva data de aplicação, foi curto. Em outras palavras, a lei foi publicada em 28 de dezembro de 2007, e já passou a vigorar para as demonstrações emitidas em 2008;

-Diferentemente da grande maioria dos países que já adotaram os IFRS, no Brasil esse processo está separado em duas fases: 2008-2009 e 2010 em diante.

Essas características adicionam à pesquisa, no cenário brasileiro, a possibilidade de se compreender e discutir a adoção de maneira parcial, ao contrário de outros países, nos quais a adoção foi completa, contribuindo para o entendimento do processo de adoção e sua relação com a qualidade das informações contábeis.

Ou seja, este trabalho se relaciona com um tema que vem se destacando no cenário internacional, devido aos diversos países e empresas que vêm, ao longo dos últimos anos, adotando os IFRS como seu padrão de contabilidade. E contribui ao disponibilizar dados que podem possibilitar maior compreensão da qualidade das informações contábeis e sua relação com os padrões locais e os IFRS. Essa informação interessa tanto aos normatizadores quanto aos diversos usuários da informação, como auditores, analistas, profissionais de Contabilidade, ao mercado de capitais brasileiro e aos mercados internacionais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as seguintes medidas para comparação da qualidade da informação contábil, por serem algumas das mais recorrentes na literatura internacional: gerenciamento de resultados, reconhecimento oportuno de perdas (*timely loss recognition*) e relevância das informações contábeis (*value relevance*). Ademais, foi utilizado o pronunciamento do CPC 13 (Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória no 449/08), que regula as demonstrações no primeiro ano de adoção das novas normas, a fim de se obter uma aproximação das empresas mais comprometidas com a adoção das novas normas.

Para o gerenciamento de resultado, esperava-se que empresas com menor alisamento exibissem maior variabilidade nos resultados (LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003; LANG; READY; WILSON, 2006) e menor alisamento através de pequenos lucros. Ambos são

associados a maior qualidade na informação por sugerirem que não foi utilizada discricionariedade dos executivos sobre a contabilidade dentro da flexibilidade permitida pelos diversos padrões.

O reconhecimento oportuno de perdas é uma característica ligada ao gerenciamento de resultados e ao conservadorismo, pois significa o reconhecimento de grandes perdas no momento oportuno em vez de diferir a perda (alisamento de resultados). Portanto, a expectativa é de que os resultados exibam maior frequência de prejuízos no período pós-adoção, indicando maior conservadorismo (LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003; BALL; SHIVAKUMA, 2005; LANG; RAEDY; WILSON, 2006).

Por último, a relevância das informações contábeis é definida por Barth, Beaver e Landsman (2001) como o quanto os valores contábeis refletem a informação usada por investidores. As pesquisas de relevância das informações contábeis se utilizam de modelos de *valuation* para relacionar a divulgação das informações contábeis ao preço das ações, como por exemplo, modelos que utilizem o patrimônio líquido e o resultado. No exemplo, para ser considerada de qualidade superior, espera-se uma alta relação entre o preço das ações, resultado e patrimônio líquido, indicando que as informações foram percebidas pelo mercado como mais relevantes.

Segundo a literatura consultada, a expectativa era de que, com a adoção dos IFRS, houvesse menor alisamento de resultados, ou seja, maior qualidade nos resultados, maior frequência de prejuízos e maior relevância da informação contábil, e com isso, aumento na qualidade da informação contábil.

Diante do exposto, foi proposta a seguinte questão de pesquisa:

Houve melhora na qualidade da informação contábil com a adoção parcial dos IFRS no Brasil?

Para responder a essa indagação, o objetivo geral deste trabalho foi de observar se houve melhora na qualidade da informação contábil verificada através de gerenciamento de resultados, reconhecimento oportuno de perdas e relevância das informações contábeis, no primeiro ano de adoção parcial dos IFRS no Brasil.

O desenvolvimento do trabalho está organizado em seis seções, incluída a introdução. Na segunda seção foi realizada uma compilação da literatura sobre qualidade da informação contábil e sua relação com os IFRS, e sobre as medidas escolhidas para realização do trabalho e descrição do pronunciamento CPC 13.

Na terceira seção foi descrita a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos propostos. A quarta seção apresenta inicialmente uma discussão da amostra, através do CPC

13, e em seguida analisa e discute os resultados da pesquisa. A quinta seção trata das considerações finais, limitações do estudo e as conclusões da pesquisa e, por fim, a última seção trata das referências utilizadas no trabalho.

A expectativa, com os resultados desta pesquisa, era obter maior compreensão da adoção dos IFRS, podendo contribuir para a adoção em outros países, assim como proporcionar maior entendimento sobre o comportamento de cada uma das medidas na qualidade da informação contábil, sua relação com os IFRS e a relação entre os IFRS e as normas locais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A presente seção tem por objetivo demonstrar os fundamentos que levaram o desenvolvimento da pesquisa, ao discorrer sobre a qualidade da informação contábil, e suas relações com os IFRS através dos diversos estudos sobre a adoção dessa normatização em outros países, com o objetivo de contextualizar, demonstrar a necessidade da pesquisa e desenvolver o tema. A seção se divide entre uma breve explicação sobre os três temas propostos e suas relações com a qualidade da informação contábil.

Destaca-se que o objetivo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis é a convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Portanto, para melhor entendimento do presente trabalho, alguns termos são explicados a seguir: adoção dos pronunciamentos do CPC é considerada como adoção dos IFRS; “período pré-adoção” significa o momento que antecede a adoção das novas normas (anteriores a 2008) e a Lei 6.404; “período pós-adoção” significa o momento posterior às novas normas (2008 em diante) e a Lei 11.638.

2.1 Gerenciamento de resultado

Parte da teoria da agência versa sobre a relação entre acionistas e administradores, no denominado conflito de interesses, ou “conflito de agência”. Esse conflito consiste em agentes e principais com interesses divergentes, porém dependentes um do outro, e que um ou outro tem o poder de tomar decisões que podem maximizar a riqueza de uma das partes ou o interesse de uma das partes, de modo que possa ser favorável a apenas um dos lados. Esse conflito gera assimetria informacional, e ocorre porque geralmente uma das partes tem maior acesso a informação do que a outra, que fica à mercê das informações divulgadas.

Essa teoria tem aplicação direta no meio contábil, pois as demonstrações têm o poder de diminuir a assimetria informacional entre os acionistas e os administradores. Entretanto, em muitos casos, as normatizações contábeis dão aos administradores a possibilidade de exercerem algumas discricionariedades nas escolhas de determinados procedimentos

contábeis (como na variação nos *accruals*) o que é conhecido como gerenciamento de resultado.

Segundo Field, Lys e Vincent (2001, p.21) é improvável que essas escolhas sejam eliminadas, pois algumas opções são dadas nas normas contábeis no intuito de melhorar a informação contábil, ou seja, a discricionariedade é dada para que a empresa possa representar de forma mais apropriada seu real desempenho.

Leuz, Nanda e Wysocki (2003) sugerem que, em ambientes em que o sistema regulatório é consideravelmente mais fraco, existe a tendência ao alisamento de resultados. Ou seja, onde o ambiente regulatório é mais fraco, existe maior chance de os resultados contábeis serem afetados pelo poder discricionário da administração. O estudo exhibe evidências de que a extensão do gerenciamento de resultados aparenta estar altamente correlacionada com o nível de proteção ao investidor, pois em países com baixa proteção ao investidor existem fortes evidências de gerenciamento, enquanto empresas dos Estados Unidos exibem menores níveis de gerenciamento. Os resultados apresentados pelos autores são ainda associados, posteriormente por Lang, Raedy e Wilson (2006), pela diferença entre os padrões contábeis locais e os padrões contábeis americanos.

No Brasil, um dos principais trabalhos foi realizado por Martinez (2001), em empresas brasileiras, de 1995 a 1999, e documentou evidências de que as empresas gerenciam seus resultados contábeis para: a) evitar reportar perdas, b) sustentar o desempenho recente e c) reduzir a variabilidade dos resultados. O estudo constatou que empresas com resultados muito ruins tendem a manipulá-los de modo a piorá-los ainda mais, e com isso melhorar resultados futuros.

Diversos outros estudos brasileiros mostraram que empresas brasileiras, de diferentes segmentos e diversos níveis de governança tendem a gerenciar resultados (a exemplo de MARTINEZ, 2004; PAULO, 2006; RODRIGUES, 2006), demonstrando que em nossos padrões locais anteriores (Lei 6.404) havia possibilidades de gerenciamento de resultados.

Se forem aplicados os estudos sobre gerenciamento de resultados de forma comparativa entre diferentes cenários, é possível obter a compreensão sobre quais cenários tiveram melhor desempenho e com isso, se torna possível efetuar inferências sobre as diferenças entre os cenários.

Destaque-se que gerenciamento de resultados é uma área ampla de pesquisa contábil e com diversas ramificações, entretanto não é objetivo deste trabalho aprofundar o estudo de gerenciamento, e sim sintetizá-los para serem utilizados como variáveis de qualidade da informação contábil com o objetivo de se obter maior compreensão dos efeitos da adoção dos

IFRS, pois, conforme se demonstra na seção 2.4, há estudos que mostram que o gerenciamento de resultados tende a diminuir com a adoção dos IFRS, por serem estas consideradas normas mais robustas e de maior qualidade.

2.2 Reconhecimento oportuno de perdas

Reconhecimento mais oportuno de perdas entende-se como o que melhor represente o resultado de maneira conservadora. Quanto ao conservadorismo deve-se lembrar que:

[...] o termo conservadorismo é empregado para dizer que os contadores devem divulgar o menor dos vários valores possíveis para ativos e receitas, e o maior dos vários valores possíveis de passivos e despesas. Também significa que as despesas devem ser reconhecidas mais cedo, e não mais tarde, e que as receitas devem ser reconhecidas mais tarde, e não mais cedo. Portanto, os ativos líquidos tendem a ser avaliados abaixo dos preços correntes de troca, e não acima, e o cálculo do lucro tende a resultar no menor de diversos valores alternativos. Portanto, supõe-se que o pessimismo seja melhor do que o otimismo, na divulgação de informações financeiras (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 105)

A conceituação de conservadorismo levanta a questão de que a informação deve ser neutra e confiável, pois visa a tomada de decisão com base em informações mais seguras. Posteriormente, no atual pronunciamento conceitual, o conservadorismo foi ligeiramente abrandado para Prudência, definido na Estrutura Conceitual do CPC como:

Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. (ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 2008, §. 37º)

Com isso, tem-se que a informação contábil de maior qualidade advém, além de outros fatores, do conservadorismo (ou prudência), portanto, assim como no gerenciamento de resultado, com as devidas medidas de mensuração, pode-se criar uma relação de comparação entre períodos distintos, classificando entre menor ou maior conservadorismo como maior ou menor qualidade da informação.

Um exemplo foi Basu (1997), que desenvolveu um estudo sobre o conservadorismo contábil nas demonstrações, e para isso caracterizou conservadorismo como reconhecimento mais oportuno de más notícias e o reconhecimento mais oportuno de futuros fluxos de caixa como boas notícias, enquanto tentava verificar o comportamento das ações transacionadas no mercado de capitais, chegando à conclusão de que, no lucro líquido, as más notícias são reconhecidas antecipadamente e o reconhecimento das boas notícias requer uma série de elementos de verificação.

Basu (1997) se utiliza da definição de conservadorismo, através da hipótese de que “já que contadores antecipam as perdas futuras, porém não os lucros futuros, os resultados conservadores são mais oportunos e mais sensíveis, simultaneamente, as notícias públicas disponíveis de ‘más notícias’ do que de ‘boas notícias’” (BASU, 1997, p.11). Assim, o autor interpreta que conservadorismo é o reflexo de “más notícias” sendo reconhecidas ao resultado mais rapidamente que “boas notícias”.

Em seus resultados, Basu (1997) demonstrou que a variação nos resultados positivos tende a persistir, enquanto variações negativas no resultado tendem a situação inversa. Ou seja, os resultados positivos são reconhecidos ao longo do tempo, enquanto os resultados negativos são reconhecidos rapidamente.

Com isso, partindo do pressuposto de que com o maior conservadorismo há maior qualidade, pode-se utilizar a metodologia para comparar dois períodos distintos, e demonstrar em qual dos períodos houve maior conservadorismo.

Posteriormente, diversos autores se utilizaram dessa premissa no intuito de demonstrar que o reconhecimento mais oportuno dos resultados mostra maior qualidade na informação contábil, pois indica maior conservadorismo e assim maior proteção aos *stakeholders* (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; BALL; SHIVAKUMA, 2005) e para comparar os diversos padrões contábeis (LANG; READY; YETMAN, 2003; LANG; READY; WILSON, 2006; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

2.3 Relevância das informações contábeis

Assim como o gerenciamento de resultados, relevância das informações contábeis é toda uma linha de pesquisa contábil que segundo Barth, Beaver e Landsman (2001) tem por

objetivo verificar se um valor contábil pode ser definido como relevante, o que se dá no caso de haver predição dos valores contábeis associada ao valor de mercado do patrimônio líquido. Segundo esses autores, a expressão relevância das informações contábeis foi associada a essa definição pela primeira vez por Amir, Harris e Venuti (1993).

Barth, Beaver e Landsman (2001) realizaram uma revisão da literatura, com o objetivo de mostrar que o tema tem o potencial de revelar grandes *insights* sobre questões de interesse dos órgãos normatizadores e outras organizações não acadêmicas. Os autores justificam que, usando modelos apropriados de *valuation*, a pesquisa pode contribuir com dimensões das estruturas conceituais, principalmente sobre relevância e confiabilidade, pois pesquisa sobre relevância das informações contábeis pode ser a base para se estabelecer como algumas práticas contábeis são percebidas pelos acionistas e o mercado.

Essa predição pode ser considerada, como por exemplo, no caso das mudanças de normas, visto que uma alteração dessa magnitude pode afetar a forma como os acionistas avaliam as empresas, e ao mercado como um todo.

Citando novamente o estudo de Barth, Landsman e Lang (2008), os autores utilizaram medidas de relevância das informações contábeis a fim de observar o poder explicativo do lucro líquido e do patrimônio líquido em relação ao preço da ação, pois entendem que maior poder explicativo é evidência de maior relevância das informações contábeis. Os resultados encontrados foram condizentes com a literatura, e mostraram que, com a adoção dos IFRS, houve aumento da relevância das informações contábeis.

Cabrita (2008) utilizou-se de medidas de relevância das informações contábeis em seu estudo, no intuito de avaliar se as informações divulgadas pelos países da União Européia com a adoção dos IFRS foram consideradas mais relevantes pelo mercado do que as informações anteriores à adoção, e concluiu que houve aumento na relevância dos valores contábeis.

2.4 Qualidade da informação contábil e IFRS

Definir o que é qualidade da informação contábil é um trabalho complexo e abrange diversas características. Determinar quais são essas características, ou como medi-las para compreender se está atingindo, ou não, qualidade superior, é uma preocupação recorrente

entre os pesquisadores nos últimos anos, que vêm desenvolvendo diversas técnicas para mensuração das propriedades da informação contábil e associação destas à qualidade.

Primeiramente, deve-se destacar que “informação contábil de maior qualidade” é utilizada conforme Lang, Raedy e Yetman (2003), sendo a qualidade considerada de forma moderada, e não, necessariamente, significativas melhorias, ou seja, nas metodologias propostas, até mesmo uma ligeira modificação, que demonstre melhora, é considerada como de qualidade superior. Os autores, por exemplo, utilizam o gerenciamento de resultados para comparar empresas que reportam seus resultados no mercado Norte Americano e em outro mercado, seguindo o princípio de que qualidade superior está associado a menor gerenciamento de resultados.

O exemplo é a metodologia de Basu (1997) exposto em seção anterior, que vem sendo muito utilizada desde então, pois conseguiu captar e testar o conservadorismo de forma satisfatória. E assim como acontece com a metodologia de Basu (1997), vários estudos, sobre diversos temas, foram associados a qualidade da informação com o objetivo de obter *insights* sobre diferentes normas ou mudança de normas, tais como gerenciamento de resultados e relevância das informações contábeis (ALMEIDA et al., 2006; LOPES; WALKER, 2008; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008).

Penman (2004), por exemplo, afirma que a qualidade do lucro corrente está na capacidade de fazer previsões sobre o lucro futuro. Ele demonstra, em seu estudo, que os *accruals* (lucro) aumentam tanto o valor da firma quanto o valor do patrimônio líquido, ao contrário do fluxo de caixa, ou seja, a informação contábil (não somente o fluxo de caixa) é percebida como de qualidade. Esses resultados condizem com a percepção anterior de Land e Lang (2002), que concluíram que houve melhora na qualidade da informação contábil (analisada através de *accrual*) na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido e nos Estados Unidos, de 1987 a 1999, demonstrando que este é um processo em constante evolução.

Em outras palavras, esses exemplos demonstram que diversas medidas podem ser utilizadas com o objetivo de obter a compreensão dos efeitos da adoção de novos padrões (como as US GAAP² ou os IFRS) em relação aos padrões locais, pois podem ser utilizados.

Lang, Raedy e Wilson (2005) compararam os resultados de empresas norte-americanas (publicados pelo padrão US GAAP) com os de empresas não norte-americanas (com demonstrações reconciliadas com o padrão US GAAP), e observaram que as não norte-

² Padrão norte-americano, considerado de qualidade superior, assim como as IFRS.

americanas tendem a exibir maior evidência de alisamento de resultado, maior tendência a gerenciamento e menor reconhecimento oportuno de perdas (*timely recognition of losses*). Ou seja, mesmo seguindo um padrão de qualidade superior, as empresas não norte-americanas com demonstrações reconciliadas com as US GAAP demonstram qualidade inferior às empresas norte-americanas que publicam sob suas normas.

O estudo de Barth, Landsman e Lang (2008) examinou empresas que aplicam os IFRS em 21 países e encontrou evidências de que, em geral, essas empresas demonstram menor gerenciamento de resultado, maior reconhecimento oportuno de perdas e maior relevância nos valores contábeis do que empresas que utilizam padrões locais. Os autores concluem que seus resultados sugerem que as informações publicadas pelas empresas que adotam os IFRS demonstram maior qualidade.

Tal como Barth, Landsman e Lang (2008), Morais e Curto (2008) utilizaram as mesmas medidas para qualidade da informação contábil, porém com o objetivo de comparar os efeitos antes e após a adoção dos IFRS em Portugal. Encontraram evidências de que houve menor alisamento de resultado, o que indica maior qualidade nos resultados, mas também encontraram evidências de que houve diminuição na relevância dos valores contábeis com a adoção dos IFRS. Os autores justificam que essa contradição pode ser devido a diferenças na amostra, ou ao fato da pesquisa ter sido realizada em um período de transição.

Bartov, Goldberg e Kim (2005) investigaram empresas Alemãs através de gerenciamento de resultados e relevância das informações contábeis, e concluíram que as informações produzidas pelos IFRS e US GAAP foram superiores aos padrões locais da Alemanha.

Já Karamanou e Nishiotis (2009) estudaram os efeitos da adoção voluntária dos IFRS por firmas internacionais, e encontraram resultados que consideraram condizentes com redução do custo de capital. E em consequência, aumento no valor da firma, o que leva à conclusão de que há aumento no *disclosure* quando se aplicam os IFRS.

Entretanto, existem estudos que contradizem a premissa de que os IFRS são melhores que os padrões locais de contabilidade. Daske (2006), por exemplo, examinou empresas na Alemanha de 1993 a 2002, com o objetivo de identificar se empresas que adotaram os IFRS obtiveram redução no custo de capital, conforme se esperava devido ao presumido aumento de transparência. E concluiu que, no período analisado, contrariando a expectativa, o custo de capital teve um leve aumento em comparação com as empresas que adotavam os padrões locais. Mesmo assim, deve-se ressaltar que esse estudo enfocou outros aspectos marginais da adoção que não os estudados neste trabalho.

Outro estudo realizado na Alemanha, por Tendeloo e Vanstraelen (2005), mostrou que empresas alemãs que publicam suas demonstrações em IFRS não exibiram diferenças significativas em gerenciamento de resultados, em relação às empresas que publicam segundo os padrões locais. As normas contábeis alemãs oferecem baixa proteção ao investidor e a Alemanha é um país de *code-law*, fato que alguns autores (como Ball, 2001) afirmam ser responsável por essas inconsistências nas pesquisas.

Hung e Subramanyam (2007) investigaram os efeitos da adoção dos IFRS em uma amostra de empresas alemãs de 1998 a 2002, e concluíram que não há diferenças significativas na relevância das informações contábeis entre os padrões locais e os IFRS.

Ball, Robin e Wu (2003) examinaram o reconhecimento oportuno de perdas para empresas em Hong-Kong, Malásia, Cingapura e Tailândia. Os autores afirmam que as normas desses países são derivadas de *common law* e foram substancialmente influenciadas no passado pelas normas inglesas e americanas, hoje em dia continuam sendo influenciadas pelos IFRS, e identificaram que o reconhecimento oportuno de perdas das empresas desses países não condiz com a literatura, segundo a qual, a qualidade das informações obtidas através das normas citadas é maior. O estudo mostra que, nesses países, existem incentivos diversos que os administradores e auditores têm de enfrentar e que acabam por diminuir a qualidade das demonstrações publicadas. Concluem que somente classificar o país ou um sistema de normas pode não levar aos resultados esperados, se não for dada a devida atenção a fatores institucionais.

Eccher e Healy (2000) examinaram empresas que publicam seus demonstrativos tanto pela normatização chinesa quanto pelas IAS, no período de 1992 e 1997. Concluíram que não houve diferença na qualidade do resultado em relação ao lucro futuro, e justificam que uma explicação para tal fato está na falta de controle efetivo e na falta de infra-estrutura da China em monitorar os demonstrativos adicionais produzidos pelos IFRS.

Apesar de a maior parte dos estudos chegaram à conclusão de que as informações contábeis geradas pelos IFRS são de qualidade superior em relação aos padrões locais, conforme foi demonstrado, alguns ainda encontram evidências contrárias, seja pela suspeita de o padrão local ser de maior qualidade, seja por fatores econômicos diversos, referentes aos países da amostra. Portanto, existe a necessidade de mais estudos e de aprofundamento no tema, especialmente levando a experiência de outros países à discussão internacional.

Conforme foi dito, a mudança normativa se deu para colocar as empresas brasileiras em posição de maior competitividade, através de uma normatização contábil de padrão internacional, por gerar maior comparabilidade entre as demonstrações de empresas em

diferentes mercados. A experiência em diversos países vem mostrando que houve aumento de qualidade das demonstrações dos mesmos, portanto, essa expectativa pode se concretizar para o Brasil, embora não seja consenso.

2.5 Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Uma grande mudança de práticas contábeis, como a realizada pelas Leis 11.638/08 e 11.941/09 e os pronunciamentos iniciais do CPC, em tão curto espaço de tempo, faz com que demonstrações de uma mesma empresa, de dois anos seguidos, possam não ser comparáveis. Para atingir um grau mínimo de comparabilidade, há necessidade de elaboração de normas que determinem de que maneiras os efeitos das mudanças realizadas devem afetar as empresas.

Ou seja, se essas normas se não forem aplicadas pelas empresas, as demonstrações contábeis perdem qualidade e podem tornar-se de pouca utilidade para seus usuários. Para o presente trabalho, esse ponto foi considerado de grande importância, pois têm potencial para demonstrar quantas e como as empresas do mercado podem estar demonstrando informações com maior comprometimento, portanto de maior qualidade.

O pronunciamento do CPC 13 cobre itens de maior complexidade que foram alterados pelas Leis 11.638/08 e 11.941/09 (na época do pronunciamento, ainda era Medida Provisória 449/08) e que possam gerar questionamentos, como no exemplo de como se deve registrar a alteração de prática para as empresas que passaram a ser consideradas coligadas e, portanto deve-se aplicar o método de equivalência patrimonial. O pronunciamento tem por objetivo:

- [...] assegurar que as primeiras demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as demonstrações contábeis intermediárias, que se refiram à parte do período coberto por essas demonstrações contábeis, contenham informações que:
- (a) proporcionem um ponto de partida adequado para a contabilidade de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil;
 - (b) sejam transparentes para os usuários;
 - (c) possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios para os usuários (Pronunciamento CPC nº 13/2008, §. 5º).

Deve-se chamar a atenção para o fato de que os itens anteriores, que definem como devem ser as informações contidas nas demonstrações contábeis, têm certo grau de

subjetivismo. Com maior atenção ao item (c), que para ser cumprido, permite às empresas a escolha da adoção dos pronunciamentos do CPC de forma comparativa, ou não.

Ou seja, o pronunciamento CPC 13 tem por objetivo assegurar que as primeiras demonstrações contábeis elaboradas no período de transição de acordo com as novas práticas proporcionem o mínimo de comparabilidade através de um adequado ponto de partida para as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Para cumprir tal objetivo, o pronunciamento determina algumas condições que devem ser seguidas pelas empresas na primeira adoção.

A primeira condição é a criação da data de transição, que nada mais é que o ponto de partida que deverá ser utilizado para os ajustes. Utilizando-se como exemplo empresas em que o exercício social coincide com o ano civil, essa data é determinada de acordo com a opção feita por cada empresa: (a) se a empresa optar por não apresentar cifras comparativas de suas demonstrações anteriores, a data de transição será a abertura em 1 de janeiro de 2008 ou no encerramento de 31 de dezembro de 2007; ou (b) se a empresa optar por reapresentar cifras comparativas ajustadas, a data de transição utilizada será o início do exercício mais antigo apresentado, ou seja, a abertura em 1 de janeiro de 2007 ou o encerramento em 31 de dezembro de 2006.

Na prática, a escolha da empresa consiste em demonstrar um saldo ajustado no Balanço Patrimonial para comparação ou demonstrar um saldo que já tenha no mínimo um exercício social com os 14 pronunciamentos já emitidos. O pronunciamento determina que essa informação seja divulgada de maneira clara em nota explicativa própria. Ou seja, existem duas possibilidades de adoção inicial, sendo uma com maior comparabilidade (saldos de 2006 conforme norma antiga, porém ajustada e 2007 e 2008 sob as mesmas normas contábeis) e outra com menor comparabilidade (saldos de 2007 conforme as normas antigas, porém ajustadas, e 2008 conforme as novas normas).

Independente da opção escolhida, na nota explicativa deve-se apresentar ainda um resumo das práticas contábeis modificadas acompanhadas das demonstrações dos efeitos no patrimônio líquido (sendo recomendados também os efeitos no lucro líquido), de modo que fique claro para os usuários quais foram as principais modificações que afetaram a empresa, com seu respectivo montante, na data de transição, de maneira comparativa. Ou seja, a empresa deve demonstrar quais foram os efeitos das mudanças realizadas na primeira adoção, mesmo que seja escolhida a opção (b), de forma que sejam demonstrados na data de transição os saldos comparativos do Balanço Patrimonial nas Notas Explicativas.

Deve-se ressaltar que todos os ajustes são realizados nas contas na data de transição, com seus efeitos levados à conta de lucros ou prejuízos acumulados. Com isso, todos os

efeitos que, nas novas práticas, teriam afetado o resultado em exercícios anteriores são realizados, demonstrando-se o resultado acumulado anterior. Ou seja, a conta de lucros ou prejuízos acumulados dos períodos anteriores é demonstrada de maneira ajustada, assim como as contas em que ocorreram mudanças levadas ao lucro ou prejuízo acumulado.

Os pontos abordados pelo pronunciamento são:

- Instrumentos financeiros – tratados no CPC 14, atualmente revogado
- Arrendamento mercantil financeiro – Pronunciamento CPC 06
- Ativo diferido – excluído na Lei nº 11.638, tratado no CPC 13
- Ativo intangível – Pronunciamento CPC 04
- Valor de recuperação de ativos – Pronunciamento CPC 01
- Ajuste a valor presente – Pronunciamento CPC 12
- Equivalência patrimonial – apresentada na Lei nº 11.638, tratado no CPC 13
- Prêmios recebidos na emissão de debêntures – Pronunciamento CPC 08
- Doações e subvenções para investimentos – Pronunciamento CPC 07
- Reserva de reavaliação – excluída na Lei nº 11.638, tratada no CPC 13
- Lucros acumulados – excluída na Lei nº 11.638, tratada no CPC 13
- Aquisição de bens e serviços e remuneração com base em ações (*stock options*) – Pronunciamento CPC 10
- Operações de incorporação, fusão e cisão realizadas entre partes independentes – apresentadas na Lei nº 11.638, tratadas no CPC 13
- Demonstração do valor adicionado – Pronunciamento CPC 09
- Demonstração do fluxo de caixa – Pronunciamento CPC 03
- Primeira avaliação periódica da vida útil econômica dos bens do imobilizado – tratada no CPC 13
- Efeitos tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 – tratados no CPC 13

Alguns dos itens já tinham pronunciamentos próprios, e o CPC 13 só demonstra como adotar pela primeira vez, outros (apresentados como “tratados no CPC 13”) obtiveram maior atenção por terem sido alterados na lei, sem ter ainda um pronunciamento próprio. Destaque-se ainda que alguns desses pronunciamentos, tais como primeira avaliação periódica da vida útil econômica dos bens do imobilizado, demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa, não afetam o lucro líquido.

Chame-se a atenção ainda para este ponto, pois para o exercício de 2008 foram emitidos 14 pronunciamentos de aplicação obrigatória, os quais tem o potencial de atingir quase todas as companhias listadas. Chamando a atenção principalmente os de instrumentos financeiros, ativo diferido, ativo intangível, valor de recuperação de ativos e ajustes a valor presente, que estão presentes em grande parte das empresas.

Esse pronunciamento mostra-se crítico pelo fato de que a mudança de práticas contábeis gera uma quebra na comparabilidade das demonstrações, podendo diminuir a utilidade das informações contábeis para seus usuários. A comparabilidade é uma das características qualitativas das informações contábeis, e tem por objetivo possibilitar ao usuário a identificação de tendências na posição patrimonial e financeira e no desempenho da empresa.

Cabe ressaltar novamente que para o presente trabalho, os dados que obtidos através deste pronunciamento foi considerado de grande importância, pois eliminando as empresas que não seguiram o pronunciamento satisfatoriamente se podem fazer inferências mais acuradas sobre a qualidade das informações produzidas sob as respectivas normas contábeis, pois as empresas utilizadas no trabalho seriam as empresas que, teoricamente, adotaram com maior compromisso as normas.

3. METODOLOGIA

A amostra do trabalho foi composta por sociedades anônimas com ações negociadas na Bovespa no período de 2005 a 2007 e 2008, sendo utilizados os dois períodos para análise comparativa:

- de 2005 a 2008 para análise das normas locais brasileiras;
- e o ano de 2008, como período de transição contábil, com a adoção incompleta dos IFRS;

Os dados foram obtidos através do programa Economática[®], selecionados das empresas classificadas como “Ativas” e “somente uma ação por empresa”, chegando-se a uma amostra de 394 empresas. Foram então retiradas as empresas dos setores de Finanças, Seguros e Fundos, pelas diversas particularidades desses setores em relação aos demais.

Considerando-se os quatro anos da pesquisa, foram obtidas 1.576 empresas-ano. Entretanto, nem todas as empresas tinham todas as informações disponíveis para a realização de todos os testes propostos. Destas, somente 574 empresas-ano tinham todas as informações para a análise. Sendo esta amostra não uniforme, pois foram consideradas empresas que entraram e saíram do mercado no período, ou seja, a amostra é crescente. Para obtenção de análises comparativas dos dados, foram ainda consideradas somente as empresas que tiveram todas as informações nos quatro anos observados, chegando-se a uma amostra de 240 empresas-ano (60 por ano). Ambas as amostras estão resumidas no gráfico a seguir:

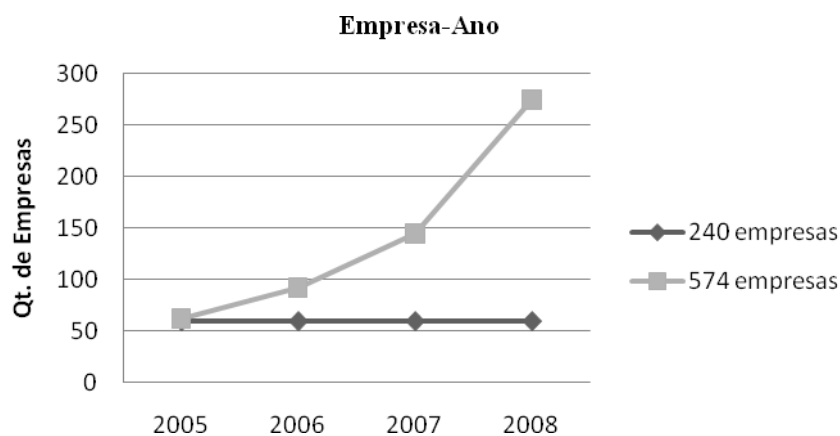


Gráfico 1 – Diferenças entre as amostras 1 e 2

Por não existir uma única medida para verificação da qualidade da informação contábil, conforme se explicou anteriormente, foram aplicadas nessa pesquisa três formas de análise que estão entre as mais utilizadas: gerenciamento de resultados, reconhecimento oportuno de perdas e relevância das informações contábeis. Para isso, serviram de ponto de partida os passos metodológicos utilizados por Leuz, Nanda e Wysocki (2003), Barth, Landsman e Lang (2008) e Morais e Curto (2008). Quando se fez necessário, foram realizados ajustes metodológicos, explicados oportunamente.

Para o gerenciamento de resultados, foram utilizadas quatro medidas específicas, três para alisamento de resultado e uma para gerenciamento para atingir meta³. Em primeiro lugar, foi analisada a variância da variação no lucro líquido ponderado pelos ativos totais (MORAIS; CURTO, 2008), comparando-se os efeitos, nos períodos pré-adoção e pós-adoção.

³ “*managing earnings towards a target*”. Tradução livre da expressão

$$\Delta NI/TA = \frac{NI_t}{TA_t} - \frac{NI_{t-1}}{TA_{t-1}} \quad (1)$$

Em que:

NI = lucro líquido

TA = ativo total no final do ano

Em segundo lugar, foi utilizada a variância da razão entre a variação no lucro líquido e a variação do fluxo de caixa operacional (MORAIS; CURTO, 2008). Cabe ressaltar que, para essa medida, houve a particularidade de que em 2004 ainda não havia a recomendação da CVM quanto à publicação do Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), e por isso não foi possível gerar a variação de 2005. Portanto, neste caso específico, foi comparado o período de 2006-2007 com 2008. A expectativa para esses dois testes era que, com a adoção das novas normas, fosse gerado menor alisamento de resultados, demonstrado pela variância no período pré-adoção sendo menor do que a variância pós-adoção, seguindo-se o entendimento de que os administradores poderiam usar a discricionariedade para reportar resultados mais estáveis, ou seja, quanto maior a variação dos lucros, maior é o indício de que não há menor alisamento de resultados.

$$\frac{\Delta NI}{\Delta OCF} = \frac{NI_t - NI_{t-1}}{OCF_t - OCF_{t-1}} \quad (2)$$

Em que:

NI = lucro líquido;

OCF = fluxo de caixa das operações;

Em terceiro lugar, foi utilizada correlação entre *accruals* e fluxo de caixa nas operações (MORAIS; CURTO, 2008). Seguindo Barth, Landsman e Lang (2008), *accruals* foram definidos pela diferença entre lucro líquido e o fluxo de caixa operacional ponderados pelo ativo total. Neste, era esperado que os *accruals* e os fluxos de caixa da operação fossem negativamente correlacionados e que houvesse uma diminuição no coeficiente de correlação, pois seria um indício de que as empresas reportariam menos alisamento de resultados.

Em quarto lugar, realizou-se um teste cujo objetivo era observar se teria havido gerenciamento de resultados no intuito de demonstrar pequenos lucros. Foram utilizadas variáveis de controle com a finalidade de analisar o coeficiente da variável que determina os

pequenos lucros (SPOS) (LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MORAIS; CURTO, 2008). Entende-se que os administradores poderiam ser se utilizado da discricionariedade para reportar pequenos lucros, ao invés de reportar prejuízo, ou seja, a expectativa é de que haja um coeficiente negativo de SPOS, indicando que houve maior gerenciamento por pequenos lucros no período pré-adoção, através da seguinte regressão:

$$POST(I,0) = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 EISSUE_{it} + \alpha_4 LEV_{it} + \alpha_5 DISSUE_{it} + \alpha_6 TURN_{it} + \alpha_7 OCF_{it} + \alpha_8 SPOS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Em que:

POST = assume o valor 1 caso sejam adotadas os IFRS, e 0 em caso contrário;

SIZE = logaritmo natural do ativo total;

GROWTH = variação percentual nas vendas;

EISSUE = variação percentual no capital próprio⁴;

LEV = total de passivos ao fim do ano dividido pelo patrimônio líquido ao fim do ano;

DISSUE = variação percentual no total de passivos;

TURN = vendas ponderadas pelo total de ativos ao fim do ano;

OCF = fluxo de caixa das operações anuais dividido pelo ativo total ao fim do ano;

SPOS = indicador que assume o valor igual a “1” caso o lucro líquido ponderado pelo total de ativo seja entre 0 e 0,01;

Quanto ao reconhecimento oportuno de perdas, foi realizado o mesmo teste que para o gerenciamento para atingir meta, foram utilizadas variáveis de controle com o objetivo de se observar o coeficiente da variável de um grande resultado negativo (LNEG). A maior frequência no reporte de grandes prejuízos indicaria que as novas normas seriam mais eficientes em reconhecer prejuízos de modo conservador. Na regressão proposta, um coeficiente positivo de LNEG indica que as empresas reconheceram grandes prejuízos com maior frequência no período pós-adoção (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; MORAIS; CURTO, 2008).

⁴ Como o objetivo dessa variável é diminuir os efeitos da entrada de capital externo, a mesma foi construída da seguinte forma: $(Integralização\ de\ capital_n + PL_{n-1}) / (PL_{n-1})$. Devido às limitações, foram utilizadas as informações fornecidas pela Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) de 2005 a 2007, e as informações do Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) para 2008.

$$\text{POST}_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 \text{SIZE}_{i,t} + \alpha_2 \text{GROWTH}_{i,t} + \alpha_3 \text{EISSUE}_{i,t} + \alpha_4 \text{LEV}_{i,t} + \alpha_5 \text{DISSUE}_{i,t} + \alpha_6 \text{TURN}_{i,t} + \alpha_7 \text{OCF}_{i,t} + \alpha_8 \text{LNEG}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

Essas variáveis são as mesmas da equação (3), exceto por:

LNEG = indicador que assume o valor igual a 1 caso o lucro líquido ponderado pelo ativo total seja menor que -0,20.

Finalmente, para relevância das informações contábeis foi utilizada uma regressão com os preços de mercado das ações de seis meses após o final do ano (PRICE)⁵, o valor do patrimônio líquido por ação (BVEPS) e o lucro líquido por ação (NIPS), com objetivo de estimar o R² de cada período estudado, representando a percepção do mercado quanto à relevância dos valores contábeis, ou seja, um maior R² indicaria que o mercado percebeu os valores apresentados como mais relevantes (LANG; READY; YETMAN, 2003; LANG; READY; WILSON, 2006).

$$\text{PRICE}_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 \text{BVEPS}_{i,t} + \alpha_2 \text{NIPS}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (5)$$

Por fim, cabe ressaltar que todas as medidas são utilizadas de modo a se obterem dados explicativos e comparativos. Portanto, não existe a intenção de se obterem resultados preditivos, ou seja, foram utilizadas medidas já consagradas em outros trabalhos com o intuito explorar e comparar os dois períodos apresentados.

⁵ Algumas empresas não apresentavam cotação na data referente ao sexto mês, por isso foi utilizado o valor médio de fechamento dos últimos três meses após ou seis primeiros meses (ou seja, abril a junho) de cada ano

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Pronunciamento CPC 13

Para maior entendimento da adoção das novas normas, decidiu-se por realizar uma análise mais aprofundada dos dados, de modo a obter maior entendimento da adoção. Para isso, utilizou-se o pronunciamento que cobre a primeira adoção, que foi aplicado nas empresas participantes do mercado.

Como forma de análise inicial do comprometimento das empresas com a adoção das novas normas, este trabalho se utilizou das exigências do CPC 13 para levantamento de dados preliminares.

A amostra é composta pelas empresas listadas na Bovespa, obtidas através do programa Economática[®]. Foram selecionadas as empresas classificadas como “Ativas”, chegando a uma amostra de 394. Destas, foram retiradas sete empresas cujo exercício social não se encerrava em 31 de dezembro (essa opção foi feita para manter toda a amostra na mesma base). Destaque-se ainda que duas empresas não citaram a mudança da lei, por afirmarem já elaborarem seus demonstrativos pelos IFRS. Portanto, também foram retiradas da amostra, chegando-se a uma amostra de 385 empresas.

Da amostra total, foram obtidas através do *website* da Bovespa⁶ as notas explicativas de cada uma das empresas, e coletadas as seguintes informações divulgadas:

- A empresa não citou a mudança para a Lei nº 11.638.
- A empresa divulgou que nenhuma das mudanças afetara o lucro líquido e/ou o patrimônio líquido na data de transição e no exercício.
- A empresa divulgou pelo menos uma informação comparativa sobre os lucros líquidos e/ou os patrimônios líquidos demonstrados.

Foram encontradas as informações resumidas na tabela 1:

⁶ Fonte: <http://www.bovespa.com.br/empresabov/ListaEmpresa.asp>

Tabela 1 – Resumo por opção

1)	A empresa não citou a mudança para a Lei nº 11.638	17 empresas	4,42%
2)	A empresa divulgou que nenhuma das mudanças afetou o lucro líquido e/ou o patrimônio líquido na data de transição e no exercício	171 empresas	44,41%
3)	A empresa divulgou pelo menos uma informação comparativa sobre os Lucros Líquidos e os Patrimônios Líquidos demonstrados	197 empresas	51,17%
Total:		385 empresas	100,00%

Fonte: Notas Explicativas das empresas

Importa destacar que quase metade das empresas válidas listadas na Bovespa declarou que as alterações não causaram variações significativas no patrimônio líquido e no lucro líquido, seja na data de transição, seja no ano corrente. Pode-se considerar, porém que a expectativa era que os primeiros pronunciamentos causassem impacto nas empresas em alguma extensão.

Conforme foi dito anteriormente, o CPC 13 apresentou duas opções de data de transição, ou seja, dois pontos de partida, facultativos, para a empresa apresentar cifras comparativas para seu patrimônio líquido: (a) 31-dez-07 / 01-jan-08 ou (b) 31-dez-06 / 01-jan-07. Entende-se que as empresas que apresentaram a opção de data de transição mais antiga (b), demonstraram maior comparabilidade do que as empresas que demonstraram a opção (a).

Algumas empresas apresentaram espontaneamente uma terceira opção (c), em que demonstraram, comparativamente, os efeitos das mudanças no patrimônio líquido em 31-dez-08 como forma de complementar as demonstrações (quando há somente a opção (c), entende-se que a empresa divulgou que, em sua opção (a), não houve efeitos no patrimônio líquido). Tiveram ainda casos de empresas que demonstraram mais de uma das opções de forma comparativa.

Apesar de sugerir a opção cuja data de transição seja mais antiga, o pronunciamento não determina qual opção deve ser utilizada para que se atinjam maior comparabilidade e maior transparência, porém, para efeitos da pesquisa e com o objetivo de observar o fenômeno, determinou-se a escala de comparabilidade mostrada no quadro 01:

Quadro01– Escala de comparabilidade

Escala	Opção
1	(a), (b) e (c)
2	(a) e (b)
3	(a) e (c); (c)
4	(b) e (c)
5	(b)
6	(a)

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela 2 resume as informações obtidas, separadas pelos 23 setores do mercado estabelecidos pelo Economática® e com as suas respectivas escalas de comparabilidade do quadro 01.

Tabela 2 – Divulgou haver efeitos iniciais (Opção X Setor)

Setor / Opção	(a)	(a) e (b)	(a), (b) e (c)	(b)	(a) e (c)	(c)	Total
Agro e Pesca			1		1		2
Alimentos e Bebidas	2				3	5	10
Comércio	6				2	1	9
Construção	9		2	4	5	4	24
Eletroeletrônicos	1		2		1	1	5
Energia Elétrica	11		2		3	13	29
Finanças e Seguros	1	1			2	1	5
Máquinas Industriais		1				2	3
Mineração					1	1	2
Minerais não Met.	1						1
Outros	15	2		1	10	8	36
Papel e Celulose		1			3	1	5
Siderúrgicas & Metalúrgicas	2	1			2	8	13
Química	2				1	4	7
Petróleo e Gás					2	1	3
Têxtil	4	3	1		2	2	12
Telecomunicações	2	2		1	2	4	11
Software e Dados					1		1
Transporte Serviço	1	1	2		1	4	9
Veículos e peças	2	1	1		4	2	10
Total	59	13	11	6	46	62	197
Total (% sobre 197)^a	30%	7%	6%	3%	23%	31%	100%
Total (% sobre 385)^b	15%	3%	2%	2%	12%	16%	51%

Fonte: Notas Explicativas das empresas

^a Referente a 197 empresas que divulgaram haver mudanças

^b Referente a todas as empresas da amostra

Da amostra de empresas que divulgaram haver mudanças, somente 6% adotaram a opção mais completa ((a), (b) e (c)), 7% adotaram a segunda opção de maior comparabilidade ((a) e (b)), e 54% adotaram a opção de demonstrar a data de transição mais próxima ((a) e (c))

e somente (c)). Destaque-se que nenhuma empresa apresentou a opção (b) e (c). Se considerarmos essas mesmas informações para todas as empresas da amostra, somente 2% adotaram a opção mais completa ((a), (b) e (c)), 3% adotaram a segunda opção de maior comparabilidade ((a) e (b)), enquanto 28% adotaram a opção de demonstrar a data de transição mais próxima ((a) e (c) e somente (c)).

Esses dados podem ser preocupantes, pois, se tivermos em mente a escala de comparabilidade, somente 11 das empresas válidas, ou seja, somente 3%, adotaram a opção de maior comparabilidade, enquanto 171 empresas (44%) divulgaram que as novas normas não afetaram seus balanços patrimoniais na data de transição escolhida, e em consequência não apresentaram qualquer informação comparativa. Conforme se demonstrou, as mudanças contidas no CPC 13 não foram suaves e em alguns casos podem ser consideradas até radicais, o que levanta sérias suspeitas quanto à transparência das informações divulgadas pelas empresas.

Uma vez que com o pronunciamento CPC 13 são disponibilizadas informações comparativas (através das opções descritas anteriormente), foram efetuadas análises com o objetivo de obter mais informações sobre os efeitos da adoção.

Para isso, foram retiradas da amostra as 17 empresas que não citaram a mudança para a Lei nº 11.638, chegando-se a um total de 368 empresas. As análises consistiram em verificar o tamanho relativo do impacto da adoção parcial das novas normas no patrimônio líquido e nos lucros líquidos, utilizando-se como aproximação desse impacto as variações percentuais entre o patrimônio líquido novo (Lei nº 11.638) e velho (Lei nº 6.404), e o lucro líquido novo (Lei nº 11.638) e velho (Lei nº 6.404).

Para as empresas que declararam não haver mudanças, a variação foi 0% e mostradas nas tabelas com a denominação “Completo”, enquanto nas tabelas com a denominação “Somente empresas que declararam haver mudanças” foram excluídas as empresas que não declararam haver mudança. Nos casos em que houve desvio padrão muito elevado, foram realizadas duas análises: a ‘normal’ e outra em que não se consideraram as empresas *outliers*, ou seja, que estavam distorcendo a análise. Foram considerados satisfatórios desvios padrões de cerca de 20%.

Tabela 3 – Variações - Completo

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,33%	4,18%	-0,85%	15,33%	-0,50%
Desvio Padrão	2,86%	146,31%	7,22%	206,83%	5,41%
Qt. observações	368	368	368	368	368
% da amostra	95,58%	95,58%	95,58%	95,58%	95,58%

^a Em relação à amostra total

Tabela 4 – Variações - Completo sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,16%	-1,54%	-0,95%	-3,04%	-0,33%
Desvio Padrão	1,25%	13,89%	7,12%	20,26%	5,12%
Qt. Observações	355	355	355	355	355
% da amostra ^a	92,21%	92,21%	92,21%	92,21%	92,21%

^a Em relação à amostra total

Considerando-se todas as empresas, as médias de variações apresentadas no patrimônio líquido não foram significativas, todas foram negativas e não chegando a 1% de variação. Já o lucro líquido apresentou maiores variações positivas, chegando a 15% em 2008. Entretanto se analisarmos sem os *outliers* (13 empresas), os lucros líquidos de ambos os anos diminuem drasticamente e seguem a tendência negativa.

Considerando agora somente as empresas que declararam haver variações, temos os seguintes números:

Tabela 5 – Variações - Somente empresas que declararam haver mudança

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-4,07%	18,53%	-2,73%	43,06%	-1,80%
Desvio Padrão	9,36%	309,08%	12,76%	345,79%	10,15%
Qt. observações	30	83	115	131	103
% da amostra ^a	7,79%	21,56%	29,87%	34,03%	26,75%

^a Em relação à amostra total

Tabela 6 – Variações - Somente empresas que declararam haver mudança, sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-4,07%	-3,08%	-2,73%	-0,17%	-1,80%
Desvio Padrão	9,36%	22,80%	12,76%	21,74%	10,15%
Qt. observações	30	72	115	110	103
% da amostra ^a	7,79%	18,70%	29,87%	28,57%	26,75%

^a Em relação à amostra total

Considerando-se apenas as empresas que divulgaram haver efeitos na adoção inicial (51% da amostra), têm-se valores muito mais significativos: as variações dos patrimônios líquidos ficam entre -1,8% e -4,07%, mas a média das variações dos lucros líquidos chega a 43,06% em 2008. Se desconsiderarmos os *outliers*, os lucros líquidos novamente seguem a tendência pequena e negativa, cabendo a observação de que a variação entre quantidade de observações com e sem *outliers* é de 11 empresas para o lucro líquido de 2007 e 21 empresas de 2008.

Com esses dados, podem-se levantar algumas observações iniciais pertinentes. Apesar de os 14 pronunciamentos emitidos significarem possíveis grandes mudanças, 44,4% das

empresas declararam não haver variações. Naquelas que declararam haver variações, em média as variações foram muito pequenas, pouco menos que -5%, porém considerando-se o desvio padrão cerca de 20%, tem-se um cenário mais condizente com uma mudança drástica de normatizações. Essas informações não são conclusivas e não permitem realizar inferências, mas fornecem indícios de que, com a adoção parcial dos IFRS, pode ter havido melhora (ou alguma alteração) na qualidade das informações contábeis.

Levando-se em consideração a definição de conservadorismo, mais algumas informações devem ser demonstradas. Com as novas normas, houve variações no patrimônio líquido e no lucro líquido, de forma que as empresas tiveram seus valores aumentados ou diminuídos.

Quadro 02 – Quantidade de empresas por variação		
	2007	2008
Empresas com aumento no Patrimônio Líquido	26 empresas	21 empresas
Empresas com diminuição no Patrimônio Líquido	81 empresas	74 empresas
Empresas com aumento no Lucro Líquido	33 empresas	48 empresas
Empresas com diminuição no Lucro Líquido	48 empresas	80 empresas

Observando o quadro 02, as novas normas geraram reconhecimentos de diminuições no patrimônio líquido e no lucro líquido da maior parte das empresas em relação aos aumentos. Este fato pode indicar que houve aumento na qualidade das informações contábeis relacionado ao conservadorismo, pois demonstra que as novas normas obrigam as empresas a reconhecer suas perdas.

Com objetivo de gerar informações complementares ao trabalho, decidiu-se por elaborar as mesmas análises descritivas, dividindo-se a amostra por empresas nos três níveis diferenciados de governança corporativa, por empresas que participam da carteira teórica do Ibovespa e entre as empresas que tem *American Depositary Receipt* (ADR) listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE), por serem empresas que, supostamente, tem maior compromisso com as boas práticas, o que implica maior transparência e qualidade nas informações geradas. A amostragem foi reduzida ainda nas 17 empresas que não citaram a mudança para a Lei nº 11.638.

Tabela7 – Divulgação dos efeitos por níveis de governança, Ibovespa e ADR

Amostra 368	Não há efeito	Há efeito	Total
Novo mercado	14	82	96
Nível 1	20	14	34
Nível 2	10	9	19
Ibovespa	11	43	54
ADR	5	20	25

Destacam-se as seguintes informações: para o quadrimestre de set/dez de 2008, 66 ações participaram do Ibovespa⁷, em um total de 54 empresas; as informações dos níveis correspondem a dez/08; para os níveis 1 e 2 houve mais casos de empresas que divulgaram não haver efeitos do que empresas que divulgaram haver efeitos; a maior parte das empresas do mais alto nível de governança divulgou haver efeitos, assim como a maior parte das empresas que compõem o Ibovespa; entre as empresas com ADR, a maior parte também divulgou haver efeitos. Esses dados parecem preocupantes, se tivermos em mente que essas classificações já são diferenciações para as empresas que, supostamente, têm maior compromisso com o mercado, principalmente tendo as empresas do novo mercado e as empresas com ADR, pois representam, respectivamente, as empresas de maior compromisso no mercado brasileiro, e as empresas que têm compromisso no mercado norte-americano onde há maior rigidez.

Os níveis diferenciados de governança foram desenvolvidos pela Bovespa para serem segmentos especiais de listagem, com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das empresas. Cada segmento tem algumas regras que proporcionem maior transparência, maior proteção ao investidor.

Tabela 8 – Variações - Completo Nível 1

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	0,01%	1,30%	-0,01%	-3,58%	-0,33%
Desvio Padrão	0,05%	14,04%	0,50%	8,35%	0,92%
Qt. observações	34	34	34	34	34
% da amostra ^a	8,83%	8,83%	8,83%	8,83%	8,83%

^a Em relação à amostra total

As médias das variações do PL das empresas do nível 1 foram as mais baixas, entre as segmentações propostas, apresentando de -0,33% a 0,1%, e também foi baixo o desvio

⁷ O Ibovespa é composto pelas ações que representam mais de 80% do volume de negócios, ou seja, a quantidade de empresas varia com o quadrimestre.

padrão. Entretanto apresentaram altas médias de variações no que se refere ao lucro líquido, mas ainda assim apresentaram os menores desvios padrões.

Tabela 9 – Variações - Completo Nível 2

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	0,08%	14,44%	1,06%	-5,10%	3,01%
Desvio Padrão	2,17%	67,49%	7,90%	12,20%	14,21%
Qt. observações	19	19	19	19	19
% da amostra ^a	4,94%	4,94%	4,94%	4,94%	4,94%

^a Em relação à amostra total

Tabela 10 – Variações - Completo Nível 2 sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,33%	-0,97%	-0,71%	-5,38%	3,18%
Desvio Padrão	1,29%	6,55%	1,78%	12,48%	14,60%
Qt. observações	18	18	18	18	18
% da amostra ^a	4,68%	4,68%	4,68%	4,68%	4,68%

^a Em relação à amostra total

A média das variações do patrimônio líquido das empresas do nível 2 foram as mais significativas entre as segmentações propostas, apresentando de -0,33% a 3,18%, e um desvio padrão particularmente alto, contrariando a tendência dos desvios padrões baixos para os patrimônios líquidos. Essas empresas também demonstraram altas médias de variações no que se refere ao lucro líquido, mesmo retirando-se os efeitos dos *outliers*, apresentando a variação média de -5,38% em 2008. Chama-se a atenção para o fato de que o alto desvio padrão da variação de 2007 foi representada por apenas uma empresa, que teve a variação de 291,88%.

Tabela 11 – Variações - Completo Novo Mercado

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-1,27%	-17,58%	-1,43%	33,69%	-1,21%
Desvio Padrão	5,41%	68,98%	3,89%	234,37%	4,53%
Qt. observações	96	96	96	96	96
% da amostra ^a	24,94%	24,94%	24,94%	24,94%	24,94%

^a Em relação à amostra total

Tabela 12 – Variações - Completo Novo Mercado sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,62%	-3,52%	-1,30%	0,43%	-0,92%
Desvio Padrão	2,42%	21,84%	3,86%	22,46%	4,13%
Qt. observações	85	85	85	85	85
% da amostra ^a	22,08%	22,08%	22,08%	22,08%	22,08%

^a Em relação à amostra total

Para as empresas do novo mercado, os patrimônios líquidos apresentaram a média de variações semelhante às demais, de -1,43% a -1,21% e 0,43% a -0,92%, desconsiderando os *outliers*. Contrariando a tendência dos outros segmentos, a média das variações do lucro líquido de 2007 foi elevada e negativa (todas as outras variações do lucro líquido considerando os *outliers* se mostraram elevadas e positivas, inclusive o próprio lucro líquido de 2008 do novo mercado). Outro fato parece interessante por se diferenciar dos demais: a média da variação do LL de 2008 apresentou-se positiva, contrariando a tendência negativa das demais.

Tabela 13 – Variações - Completo IBovespa

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,25%	4,23%	-0,77%	-5,98%	0,23%
Desvio Padrão	1,80%	42,37%	6,29%	15,99%	10,25%
Qt. observações	54	54	54	54	54
% da amostra ^a	14,03%	14,03%	14,03%	14,03%	14,03%

^aEm relação à amostra total

Tabela 14 – Variações - Completo IBovespa sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,40%	-1,20%	-1,40%	-6,09%	0,23%
Desvio Padrão	1,47%	14,43%	4,26%	16,12%	10,34%
Qt. observações	53	53	53	53	53
% da amostra ^a	13,77%	13,77%	13,77%	13,77%	13,77%

^a Em relação à amostra total

O índice do Bovespa tem por finalidade básica servir como indicador médio do comportamento do mercado, para isso é composto por ações que representam mais de 80% do número de negócios e do volume financeiro negociado no mercado à vista, ou seja, são as empresas mais negociadas. Espera-se, então, que sejam as empresas com maior compromisso com o mercado e empresas que apresentem maior confiabilidade no mercado etc.

Para as empresas que compõem o índice Bovespa, a média das variações do patrimônio líquido de 2006 e 2007 manteve a tendência negativa, mas em 2008 houve uma pequena variação positiva. Quanto ao lucro líquido, chama-se atenção para mais alta média de variação dos segmentos, que aconteceu em 2008, demonstrando que adoção teve um maior efeito no lucro líquido para as empresas do índice.

As ADR são certificados que representam ações de empresas não norte-americanas para que sejam negociadas no mercado norte-americano. Assim como os níveis diferenciados da Bovespa, são necessários diversos requisitos para uma empresa emitir uma ADR, requisitos que buscam as boas práticas contábeis, de governança e de mercado.

Tabela 15 – Variações - Completo ADR

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,09%	118,98%	0,71%	-3,10%	-0,12%
Desvio Padrão	1,95%	523,08%	7,12%	11,08%	0,29%
Qt. observações	25	25	25	25	25
% da amostra ^a	6%	6%	6%	6%	6%

^a Em relação à amostra total

Tabela 16 – Variações - Completo ADR sem *outliers*

	VAR PL 06	VAR LL 07	VAR PL 07	VAR LL 08	VAR PL 08
Média	-0,33%	3,02%	-0,66%	-3,37%	-0,13%
Desvio Padrão	1,14%	17,86%	2,51%	11,53%	0,30%
Qt. observações	23	23	23	23	23
% da amostra ^a	6%	6%	6%	6%	6%

^a Em relação à amostra total

Para as empresas com ADR, os patrimônios líquidos apresentaram a média de variações semelhante à média das demais segmentações, de -0,12% a 0,71% e -0,66% a -0,13% desconsiderando-se os *outliers*. A média das variações do lucro líquido de 2007 e 2008 seguiu a tendência (todas as outras variações do lucro líquido, considerando-se os *outliers*, mostraram-se elevadas e positivas).

4.2 Qualidade das informações

No intuito de obter análises mais abrangentes, as empresas foram divididas em dois tipos de amostras⁸:

- 240 empresas-ano com todas as informações durante todo o período (Amostra 1)
- 574 empresas-ano com todas as informações, incluindo as que entraram na Bovespa durante o período (Amostra 2)

4.2.1 Amostra 1

⁸ Conforme se demonstrou no início da seção 03.

Essa amostragem foi composta por empresas que tinham todas as informações disponíveis em todos os quatro anos de teste, chegando-se a um total de 60 empresas por ano (240 empresas-ano). As estatísticas descritivas estão sintetizadas na tabela 17:

Tabela 17 – Estatísticas descritivas da Amostra 1

Variáveis	6.404				11.638			
	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Média	Mediana	Desvio Padrão
Δ NI/TA	180	-0,001	0,000	0,063	60	-0,027	-0,016	0,082
Δ NI/OCF	180	-0,832	0,127	9,599	60	-1,618	0,025	22,066
ACC/TA	180	-0,048	-0,048	0,100	60	-0,056	-0,045	0,118
OCF/TA	180	0,134	0,136	0,108	60	0,111	0,112	0,094
GROWTH	180	1,171	1,114	0,326	60	1,189	1,148	0,153
LEV	180	1,717	1,403	2,155	60	2,980	1,772	5,649
DISSUE	180	1,213	1,098	0,502	60	1,541	1,293	0,849
TURN	180	1,002	0,929	0,502	60	0,923	0,849	0,532
SIZE	180	15,244	15,151	1,673	60	15,673	15,835	1,684
SPOS	180	0,022	0	0,148	60	0,050	0	0,220
LNEG	180	0,000	0	0,000	60	0,017	0	0,129
EISSUE	180	0,102	0,000	0,497	60	0,033	0,000	0,114
BVEPS	180	11,815	7,491	14,476	60	13,335	9,122	13,627
NIPS	180	2,511	1,274	3,146	60	1,779	1,506	3,401
PRICE	180	23,956	19,116	22,248	60	20,759	16,110	20,802

Δ NI/TA: variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total; Δ NI/OCF: variação do lucro líquido ponderado pelo fluxo de caixa operacional; ACC: lucro líquido menos fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total; ACC/TA: *accruals* ponderados pelo ativo total; OCF/TA: fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total; GROWTH: receita bruta do período ponderada pela receita bruta do período passado; LEV: passivo ponderado pelo patrimônio líquido; DISSUE: passivo do período ponderado pelo passivo do período passado; EISSUE: aumento de capital do período somado ao patrimônio líquido do período passado ponderado pelo patrimônio líquido do período passado; TURN: receita bruta ponderada pelo ativo total; SIZE: logaritmo natural do ativo total; SPOS: variável binária que assume o valor igual a “1” caso o lucro líquido ponderado pelo total de ativo seja entre 0 e 0,01; LNEG: variável binária que assume o valor igual a 1 caso o lucro líquido ponderado pelo ativo total seja menor que -0,20; BVEPS: patrimônio líquido dividido pelo número de ações; NIPS: lucro líquido dividido pelo número de ações; PRICE: o valor médio de fechamento da cotação de abril a junho de cada ano.

A tabela 17 mostra que, em média, durante o período de adoção das novas normas, as empresas demonstraram maior patrimônio líquido por ação (BVEPS) e maior lucro líquido por ação (NIPS). E a média da variação do lucro líquido (Δ NI/TA), assim como a média da variação do lucro líquido pelo fluxo de caixa operacional (Δ NI/OCF), tiveram aumentos. Contudo, somente a análise das médias não fornece as informações necessárias para se tirarem conclusões.

Gerenciamento de resultado – alisamento do lucro. As duas primeiras medidas correspondem ao entendimento de que a adoção de normas mais robustas, segundo a literatura consultada, tende a aumentar a variação no reporte dos lucros, sendo demonstrados neste trabalho tanto através da variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total (Δ NI/TA), como através da variação do lucro líquido ponderado pelo fluxo de caixa operacional (Δ NI/OCF).

Conforme mostrado na tabela 18, a variância da variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total teve um pequeno aumento no período estudado, o que indica que houve diminuição no alisamento de resultado pelo lucro.

Tabela 18 –Variância do $\Delta NI/TA$
(F-teste)

	6.404	11.638
Média	-0,0009	-0,0266
Variância	0,0040	0,0067
Observações	180	60
F-teste	6,356	

Quanto à variação do lucro líquido ponderado pelo fluxo de caixa operacional, houve um grande desvio padrão, que poderia causar distorções na análise, conforme mostrado na tabela 19. Cabe ressaltar, no entanto que, mesmo se considerarmos os desvios padrões elevados, a variância no período pós-adoção é maior, o que indica menor alisamento.

Tabela 19 –Variância do $\Delta NI/OCF$
(F-teste)

	6.404	11.638
Média	-1,3508	-1,6179
Variância	137,5169	486,9173
Observações	120	60
F-test	0,011	

Considerando-se somente casos válidos (eliminado os *outliers*), a tendência de aumento de variância se mantém, indicando que pode haver menor alisamento de resultados no período pós-adoção.

Tabela 20 –Variância do $\Delta NI/OCF$ –
Outliers(F-teste)

	6.404	11.638
Média	0,3310	0,1827
Variância	0,6410	0,7507
Observações	105	49
F-teste	1,087	

Gerenciamento de resultado – alisamento por *accruals*. A terceira análise consistiu em testar a correlação entre os *accruals* e o fluxo de caixa das operações. Em primeiro lugar, foi utilizado o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar se as variáveis assumiam uma distribuição normal. Uma das variáveis (6.404 - OCF/TA) não apresentava a distribuição, e por isso optou-se pelo coeficiente de correlação de Spearman.

Tabela 21 –Teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov)

		6.404		11.638	
		ACC/TA	OCF/TA	ACC/TA	OCF/TA
Observações		180	180	60	60
Parâmetros normais	Média	-0,048	0,134	-0,056	0,111
	Desvio padrão	0,1	0,108	0,118	0,094
Maiores diferenças	Absoluta	0,082	0,107	0,113	0,101
	Positiva	0,082	0,107	0,097	0,098
	Negativa	-0,073	-0,097	-0,113	-0,101
Kolmogorov-Smirnov Z		1,1	1,441	0,876	0,784
Asymp. Sig. (2-tailed)		0,178	0,031	0,427	0,571

Conforme se esperava, na correlação apresentada observou-se um menor coeficiente para as empresas pós-adoção, indicando que, comparativamente, as empresas pré-adoção reportavam maior alisamento através do lucro.

Tabela 22 –Correlação de Spearman entre *accrual* e fluxo de caixa operacional

	6.404	11.638
Coef. Spearman	-0,744**	-0,656**

**Correlação ao nível de significância 0,01 (2-tailed)

Gerenciamento de resultado – gerenciamento para atingir meta. Para última análise de gerenciamento de resultados, utilizou-se o modelo de regressão logística seguindo Morais e Curto (2008). A expectativa era que, de modo significativo, houvesse coeficiente negativo para o SPOS⁹. Todavia, o número de empresas-ano que apresentaram SPOS (pequenos lucros positivos) iguais a “1” (Δ NI/TA de 0 a 0,01) foi de apenas sete, o que representa uma baixa relevância estatística dentro do modelo (representado pela Estatística Wald de 0,033¹⁰). Seja como for, mesmo com a baixa relevância no modelo, o SPOS apresentado indicou que, contrariando as expectativas, houve maior alisamento de resultado no período pós-adoção.

⁹ Ou seja, inverso ao POST, o que demonstra maiores quantidade ponderadas de observações de SPOS (valor 1) no momento pré-adoção (POST 0).

¹⁰ O teste Wald mostra o grau de significância de cada coeficiente na equação logística.

Tabela 23 – Regressão logística para variável SPOS

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,263	0,661	0,159
LEV	0,028	0,053	0,273
DISSUE	0,975	0,370	6,930
TURN	0,299	0,377	0,628
SIZE	0,170	0,119	2,056
SPOS	0,159	0,883	0,033
OCF_TA	-1,278	1,705	0,562
EISSUE	-0,761	0,467	2,650
Constante	-4,101	2,018	4,131
-2 Log likelihood	249,876 ^a	Obs. post 0	180
Cox & Snell R ²	0,080	Obs. post 1	60
Nagelkerke R ²	0,119	Total de observações	240

Reconhecimento oportuno de perdas – conservadorismo. A análise de reconhecimento oportuno de perdas segue a mesma estrutura da análise de gerenciamento por pequenos lucros (SPOS), de forma que foi realizada uma regressão logística com as mesmas variáveis, para se obterem as informações do coeficiente de LNEG (variável para grandes prejuízos). A expectativa era que houvesse um aumento nas grandes prejuízos (LNEG), indicando que, sob normas mais robustas, as empresas reconheceriam as perdas de maneira mais conservadora. Tal aumento no conservadorismo seria representado pelo coeficiente positivo de LNEG¹¹.

Tabela 24 – Regressão logística para variável LNEG

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,208	0,652	0,102
LEV	0,022	0,051	0,185
DISSUE	0,936	0,364	6,633
TURN	0,311	0,376	0,682
SIZE	0,176	0,119	2,182
OCF_TA	-1,377	1,712	0,647
EISSUE2	-0,753	0,464	2,634
LNEG	21,029	40192,970	0,000
Constante	-4,197	2,016	4,336
-2 Log likelihood	248,752	Obs. post 0	180
Cox & Snell R ²	0,084	Obs. post 1	60
Nagelkerke R ²	0,125	Total de observações	240

¹¹ Ou seja, seguiria o POST, demonstrando que houve maiores quantidades ponderadas de observações de LNEG (valor 1) no momento pós-adoção (POST 1).

Na amostra estudada houve somente uma empresa-ano, em 2008 que atendeu os requisitos para LNEG¹² (NI/TA menor que -0,20), portanto, não houve significância estatística (Wald: 0,000) para obtenção de resultados satisfatórios nesse teste.

Relevância das informações contábeis. Quanto à análise da relevância dos valores contábeis, a expectativa era de que os resultados produzidos pelas novas normas fossem considerados mais relevantes pelo mercado. Foram utilizados os preços de mercado das ações (PRICE), patrimônio líquido por ação (BVEPS) e lucro líquido por ação (NIPS) (ver seção 3), com o objetivo de estimar o R² dos períodos pré-adoção e pós-adoção, afim de compará-los e compreender em qual dos períodos houve maior coeficiente.

Tabela 25 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pré-adoção)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	t
Constante	16,579	2,055	8,070
BVEPS	0,320	0,150	2,137
NIPS	1,434	0,688	2,084
R ²	0,143	Total de observações	180
R ² ajustado	0,134	f-teste	14,803
Erro padrão da regressão	20,708	Soma dos quadrados da regressão	12.696,055
Soma dos quadrados dos resíduos	75.904,909		

Tabela 26 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pós-adoção)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	t
Constante	9,411	3,081	3,054
BVEPS	0,645	0,191	3,367
NIPS	1,548	0,767	2,018
R ²	0,356	Total de observações	60
R ² ajustado	0,333	f-teste	15,727
Erro padrão da regressão	16,989	Soma dos quadrados da regressão	9.078,917
Soma dos quadrados dos resíduos	16.452,199		

¹² Variável para grandes prejuízos.

Conforme se pode perceber pelas tabelas 25 e 26, o coeficiente do R^2 do período pré-adoção é menor do que no período pós-adoção, o que indica que sob normas mais robustas, os valores foram considerados mais relevantes pelo mercado.

Sobre essa amostragem, pode-se concluir que houve maior variância na variação dos lucros no período, o que indica que houve menor alisamento de resultados. A correlação entre os *accruals* e o fluxo de caixa indicou que houve maior gerenciamento pelos *accruals* no período pré-adoção.

Quanto ao gerenciamento por pequenos lucros, apesar da baixa significância estatística no modelo, o coeficiente foi positivo, mostrando-se contrário à expectativa, indicando haver maior gerenciamento no período pós-adoção.

A interpretação para reconhecimento oportuno de perdas segue a de gerenciamento por pequenos lucros. Este apesar de não ter apresentado significância estatística, apresentou o coeficiente esperado, o qual caso fosse significativo, demonstraria maior conservadorismo no período pós-adoção. Como não houve significância, essa interpretação não indicou informação relevante para a pesquisa, não sendo utilizada na conclusão geral.

A última medida mostrou, conforme a expectativa, um aumento na relevância das informações, mostrando haver melhora na qualidade no período pós-adoção. Ou seja, todos os testes indicaram que, para a amostra selecionada, excetuando-se os testes sem significância, houve aumento na qualidade da informação apresentada sob as novas regras.

4.2.2 Amostra 2

Essa amostragem foi composta por empresas que tinham todas as informações disponíveis. Contudo foram consideradas também as empresas que entraram no mercado (e tinham todas as informações disponíveis) no período, portanto a amostra é crescente, e em 2008 encontram-se a maior quantidade de informação disponível. Foi adotada essa abordagem, porque os testes estatísticos utilizados são ponderados pela amostra, tem-se a vantagem de comparar com as informações disponibilizadas pela amostra anterior e poder fazer melhores inferências sobre as influências sobre o mercado de modo mais abrangente, e não apenas sobre empresas específicas. As estatísticas descritivas estão sintetizadas na tabela 27:

Tabela 27 – Estatísticas descritivas da Amostra 2

Variáveis	6.404				11.638			
	N	Média	Mediana	Desvio padrão	N	Média	Mediana	Desvio padrão
Δ NI/TA	299	-0,001	0,000	0,086	275	-0,126	-0,006	1,402
Δ NI/OCF	299	-0,274	0,103	8,396	275	-0,006	0,120	23,808
ACC/TA	299	-0,026	-0,042	0,129	275	-0,196	-0,034	2,308
OCF/TA	299	0,094	0,108	0,141	275	0,036	0,057	0,154
GROWTH	299	1,674	1,129	3,312	275	1,448	1,176	1,365
LEV	299	2,494	1,231	13,244	275	3,084	1,216	17,373
DISSUE	299	1,526	1,114	2,364	275	1,422	1,215	0,691
TURN	299	0,960	0,900	0,569	275	0,928	0,855	0,668
SIZE	299	14,754	14,460	1,631	275	13,992	14,015	1,883
SPOS	299	0,054	0	0,225	275	0,055	0	0,228
LNEG	299	0,007	0	0,082	275	0,098	0	0,298
EISSUE	299	0,737	0,000	3,263	275	0,120	0,000	0,809
BVEPS	299	10,929	6,358	14,577	275	9,044	5,656	42,081
NIPS	299	1,995	0,854	3,981	275	-0,532	0,410	17,819
PRICE	299	22,653	18,886	20,646	275	16,640	8,110	36,359

Δ NI/TA: variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total; Δ NI/OCF: variação do lucro líquido ponderado pelo fluxo de caixa operacional; ACC: lucro líquido menos fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total; ACC/TA: *accruals* ponderados pelo ativo total; OCF/TA: fluxo de caixa operacional ponderado pelo ativo total; GROWTH: receita bruta do período ponderada pela receita bruta do período passado; LEV: passivo ponderado pelo patrimônio líquido; DISSUE: passivo do período ponderado pelo passivo do período passado; EISSUE: aumento de capital do período somado ao patrimônio líquido do período passado ponderado pelo patrimônio líquido do período passado; TURN: receita bruta ponderada pelo ativo total; SIZE: logaritmo natural do ativo total; SPOS: variável binária que assume o valor igual a “1” caso o lucro líquido ponderado pelo total de ativo seja entre 0 e 0,01; LNEG: variável binária que assume o valor igual a 1 caso o lucro líquido ponderado pelo ativo total seja menor que -0,20; BVEPS: patrimônio líquido dividido pelo número de ações; NIPS: lucro líquido dividido pelo número de ações; PRICE: o valor médio de fechamento da cotação de abril a junho de cada ano.

A tabela 27 mostra que, em média, durante o período de adoção das novas normas, as empresas demonstraram menor patrimônio líquido por ação (BVEPS) e menor lucro líquido por ação (NIPS), ambos contrários as informações encontradas pela Amostra 1. Além disso, a média de variação do lucro líquido (Δ NI/TA) foi maior e a média da variação do lucro líquido pelo fluxo de caixa operacional (Δ NI/OCF) diminuiu. No caso desta amostra, a média mostrou maior variação entre os períodos, mas, conforme-se descreveu anteriormente, somente a análise da média não fornece as informações necessárias.

Gerenciamento de resultado – alisamento do lucro. Quanto à primeira análise, conforme se vê na tabela 28, na variância da variação do lucro líquido ponderado pelo ativo total (Δ NI/TA) houve um aumento elevado no período estudado, o que indica que houve diminuição no alisamento de resultados. Entretanto a variância pode ser considerada elevada, o que levanta suspeitas de que possa ter havido *outliers*.

Tabela 28 – Variância do Δ NI/TA (F-teste)

	6.404	11.638
Média	-0,0007	-0,1264
Variância	0,0074	1,9647
Observações	299	275
F-teste	2,395	

Se eliminado os *outliers*, a tendência de aumento da variância se mantém, sendo um indicativo de que pode ter havido menor alisamento de resultados no período pós-adoção.

Tabela 29 – Variância do Δ NI/TA – *Outliers* (F-teste)

	6.404	11.638
Média	0,05428	0,06832
Variância	0,00295	0,00467
Observações	291	254
F-teste	3,746	

Quanto à variação do lucro líquido ponderado pelo fluxo de caixa operacional (Δ NI/OCF), assim como na Amostra 1, devido a algumas empresas, houve um grande desvio padrão, que poderia causar distorções na análise, conforme mostra a tabela 30. Cabe ressaltar, todavia que, considerando-se as distorções na variância nesta amostra, o teste indica menor alisamento no período pós-adoção.

Tabela 30 – Variância do Δ NI/OCF (F-teste)

	6.404	11.638
Média	-0,4123	-0,0065
Variância	88,7340	566,8004
Observações	237	275
F-teste	0,061	

Novamente, se forem considerados somente os casos válidos (eliminado os *outliers*), a tendência de aumento de variância se mantém, indicando menor alisamento de resultados no período pós-adoção.

Tabela 31 – Variância do Δ NI/OCF – *Outliers* (F-teste)

	6.404	11.638
Média	0,1501	0,1074
Variância	0,3513	0,5294
Observações	200	221
F-teste	0,431	

Gerenciamento de resultado – alisamento por *accruals*. Para a terceira medida utilizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar se as variáveis assumiam uma distribuição normal. Porém como nenhum dos casos apresentou a distribuição, optou-se pelo coeficiente de correlação de Spearman.

Tabela 32 – Teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov)

		6.404		11.638	
		ACC/TA	OCF/TA	ACC/TA	OCF/TA
Observações		275	299	275	275
Parâmetros normais	Média	-0,196	0,094	-0,196	0,036
	Desvio padrão	2,308	0,141	2,308	0,154
Maiores diferenças	Absoluta	0,434	0,104	0,434	0,114
	Positiva	0,397	0,093	0,397	0,068
	Negativa	-0,434	-0,104	-0,434	-0,114
Kolmogorov-Smirnov Z		7,204	1,791	7,204	1,883
Asymp. Sig. (2-tailed)		0	0,003	0	0,002

Assim como na Amostra 1, as empresas no período pós-adoção demonstram um coeficiente menor que as empresas no período pré-adoção, ou seja, esse é um indício de que as empresas no período pré-adoção reportavam maior alisamento no lucro.

Tabela 33 – Correlação de Spearman entre *accrual* e fluxo de caixa operacional

	6.404	11.638
Coef. Spearman	-0,759**	-0,467**

**Correlação ao nível de significância 0,01 (2-tailed)

Gerenciamento de resultado – gerenciamento para atingir meta. Na última análise sobre gerenciamento de resultados, a expectativa era de que, de modo significativo, houvesse coeficiente negativo para o SPOS¹³ (variável para pequenos lucros), indicando diminuição no gerenciamento através de pequenos lucros. No caso desta amostragem, houve significância estatística (teste de Wald), que, apesar de baixa, mostra que houve aumento no gerenciamento através de pequenos lucros no período pós-adoção, novamente contrariando as expectativas.

¹³ Ou seja, inverso ao POST, demonstrando maiores quantidade ponderadas de observações de SPOS (valor 1) no momento pré-adoção (POST 0).

Tabela 34 – Regressão logística para variável SPOS

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,033	0,044	0,577
LEV	0,003	0,006	0,287
DISSUE	-0,047	0,070	0,446
TURN	-0,249	0,158	2,487
SIZE	-0,234	0,057	16,784
OCF_TA	-2,968	0,728	16,623
EISSUE	-0,446	0,131	11,657
SPOS	0,175	0,406	0,186
Constante	4,389	0,911	23,219
-2 Log likelihood	724,732 ^a	Obs. post 0	299
Cox & Snell R ²	0,115	Obs. post 1	275
Nagelkerke R ²	0,153	Total de observações	574

Reconhecimento oportuno de perdas – conservadorismo. Já na análise de reconhecimento oportuno de perdas, novamente a expectativa era de que houvesse um aumento nas grandes prejuízos (LNEG), indicando que, sob normas mais robustas, as empresas reconheceriam as perdas de maneira mais conservadora, representado pelo coeficiente positivo de LNEG¹⁴.

Tabela 35 – Regressão logística para variável LNEG

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,029	0,043	0,451
LEV	0,001	0,007	0,035
DISSUE	-0,038	0,066	0,330
TURN	-0,258	0,162	2,535
SIZE	-0,195	0,059	10,922
OCF_TA	-2,631	0,747	12,397
EISSUE	-0,423	0,122	12,048
LNEG	2,434	0,973	6,264
Constante	3,720	0,940	15,674
-2 Log likelihood	713,290	Obs. post 0	299
Cox & Snell R ²	0,132	Obs. post 1	275
Nagelkerke R ²	0,176	Total de observações	574

Ao contrário da Amostra 1, nesta amostra houve significância estatística no modelo alta (Wald: 6,264), e um coeficiente positivo no LNEG, indicando que houve aumento no conservadorismo no momento pós-adoção, sendo condizente com a expectativa.

Relevância das informações contábeis. Por último, na análise da relevância dos valores contábeis, a expectativa era de que os resultados produzidos pelas novas normas

¹⁴ Ou seja, seguiria o POST, demonstrando maiores quantidade ponderadas de observações de LNEG (valor 1) no momento pós-adoção (POST 1).

fossem considerados mais relevantes pelo mercado, através da análise comparativa do R^2 dos períodos pré-adoção e pós-adoção.

Tabela 36 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pré-adoção)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t
Constante	18,406	1,440	12,784
BVEPS	0,338	0,114	2,979
NIPS	0,276	0,416	0,665
R^2	0,078	Total de observações	299
R^2 ajustado	0,072	f-teste	12,541
Erro padrão da regressão	19,890	Soma dos quadrados da regressão	9.922,390
Soma dos quadrados dos resíduos	117.096,413		

Tabela 37 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pós-adoção)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t
Constante	8,156	1,607	5,074
BVEPS	0,864	0,051	17,025
NIPS	-1,256	0,120	-10,481
R^2	0,519	Total de observações	275
R^2 ajustado	0,516	f-teste	146,868
Erro padrão da regressão	25,30366	Soma dos quadrados da regressão	188.071,685
Soma dos quadrados dos resíduos	174.154,819		

Assim como na Amostra 1, o coeficiente do R^2 do período pré-adoção é menor do que no período pós-adoção, o que indica que, sob normas mais robustas, os valores contábeis foram considerados mais relevantes pelo mercado.

Sobre esta amostragem pode-se concluir, tal como na Amostra 1, que houve maior variância na variação dos lucros no período, o que indica que houve menor alisamento do resultado. E a correlação entre os *accruals* e o fluxo de caixa indicou que pode haver maior gerenciamento pelos *accruals* no período pré-adoção.

Quanto ao gerenciamento por pequenos lucros, houve maior significância estatística do que a apresentada na Amostra 1, e, tal como apresentado na Amostra 1, o coeficiente

mostrou-se contrário à expectativa, indicando haver maior gerenciamento no período pós-adoção.

Já quanto o reconhecimento oportuno de perdas, nesta amostra houve alta significância no modelo e o coeficiente positivo, indicando maior conservadorismo no período pós-adoção, o que condiz com a literatura consultada.

A última medida mostrou, assim como na Amostra 1, que houve um aumento na relevância das informações, indicando melhora na qualidade no período pós-adoção. Ou seja, todos os testes indicaram que, para a amostra selecionada e excetuando-se o gerenciamento por pequenos resultados, houve aumento na qualidade da informação apresentadas sob as novas regras.

4.2.3 Amostras e relação com CPC 13

Conforme descrito na seção 2.5, o CPC 13 exige que as empresas, ao adotarem a nova lei, escolham uma data de transição. Com base na data escolhida, a empresa deve elaborar uma nota explicativa no intuito de demonstrar, de maneira comparativa, todos os efeitos resultantes da aplicação das novas normas.

Das 385 empresas consideradas, somente 197 (51,17%) divulgaram pelo menos uma informação de maneira comparativa. Este dado parece preocupante, pois para aplicação no exercício de 2008 foram emitidos 14 pronunciamentos, cuja expectativa era de que em quase todas as companhias listadas houvesse variações.

Uma vez que pouco mais da metade das empresas informou a mudança, pode surgir à dúvida quanto a utilidade destes novos pronunciamentos pela visão do mercado, ou quanto ao compromisso das empresas com a aplicação das novas normas. Pelas medidas utilizadas no trabalho não é possível esclarecer essas dúvidas, mas pode-se chegar a algumas informações, descritas nos próximos parágrafos.

Em ambas as amostras, foram selecionadas somente as empresas que dispunham de todas as informações necessárias ao trabalho. Sendo assim, essas podem ser consideradas as empresas com, relativo, maior comprometimento com a transparência e com a divulgação de suas informações ao mercado em relação às demais empresas no mesmo período.

Na Amostra 1 foram utilizadas as 60 empresas que tinham todas as informações disponíveis nos quatro anos, no total de 240 empresas-ano, sendo que 46 empresas dessas estavam entre as que divulgaram pelo menos uma informação comparativa, no total de 184, representando 77% da amostra.

Situação semelhante ocorre na Amostra 2, composta por um total de 574 empresas-ano, das quais, 396 empresas-ano estavam entre aquelas que divulgaram pelo menos uma informação comparativa¹⁵, representando 69% da amostra. Se considerarmos somente as empresas no ano de 2008, temos 275 empresas com todas as informações, das quais, 167 divulgaram pelo menos uma informação comparativa, representando 61% do total.

Essas informações podem representar algum indício de que talvez muitas das empresas (ou pelo menos algumas) que não divulgaram as informações de maneira comparativa alegando que não houve influência das novas normas nos anos anteriores, podem não ter adotado as mesmas com o compromisso com a maior transparência, pois estão entre as empresas que já não divulgaram todas as informações necessárias. Entretanto este pode ser apenas um indício ou pode ser, ainda, que existam outras explicações.

No intuito de obter mais informações, foram realizadas as mesmas análises estatísticas para as amostras, utilizando-se somente as empresas que divulgaram ao menos uma informação comparativa. Para a amostra 1, não houve diferenças relevantes em comparação com as informações demonstradas na respectiva seção, conforme demonstrado nas tabelas 38 a 44.

Tabela 38 – Variância de Δ NI/TA e Δ NI/OCF (F-teste)

	Δ NI/TA		Δ NI/OCF		Δ NI/OCF – <i>Outliers</i>	
	6.404	11.638	6.404	11.638	6.404	11.638
Média	-0,000	-0,019	-1,319	-3,310	0,213	0,012
Variância	0,0031	0,0032	165,188	599,620	0,346	0,566
Observações	138	46	92	46	75	38
F-teste	2,395		2,395		2,395	

¹⁵ Ressalte-se que são consideradas empresas-ano, ou seja, caso uma empresa tenha divulgado de maneira comparativa, e dispusesse de todas as informações em três anos da amostra, essa empresa foi considerada como três empresas-ano.

Tabela 39 – Teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov)

		6.404		11.638	
		ACC/TA	OCF/TA	ACC/TA	OCF/TA
Observações		138	138	46	46
Parâmetros normais	Média	-0,040	0,1263	-0,040	0,102
	Desvio padrão	0,084	0,096	0,105	0,076
Maiores diferenças	Absoluta	0,098	0,095	0,107	0,069
	Positiva	0,098	0,075	0,107	0,061
	Negativa	-0,035	-0,095	-0,069	-0,069
Kolmogorov-Smirnov Z		1,154	1,117	0,724	0,469
Asymp. Sig. (2-tailed)		0,139	0,165	0,670	0,980

Tabela 40 – Correlação de Pearson entre *accrual* e fluxo de caixa operacional

	6.404	11.638
Correlação de Pearson	-0,797**	-0,641**

**Correlação ao nível de significância 0,01 (2-tailed)

Tabela 41 – Regressão logística para variável SPOS

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,488	0,780	0,392
LEV	0,000	0,053	0,000
DISSUE	0,686	0,345	3,948
TURN	0,344	0,405	0,721
SIZE	0,235	0,143	2,673
OCF_TA	-2,588	2,235	1,342
EISSUE	-0,720	0,477	2,276
SPOS	0,431	0,867	0,247
Constante	-4,382	2,457	3,182
-2 Log likelihood	193,177	Obs. post 0	138
Cox & Snell R ²	0,072	Obs. post 1	46
Nagelkerke R ²	0,107	Total de observações	184

Tabela 42 – Regressão logística para variável LNEG

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,544	0,786	0,479
LEV	0,008	0,051	0,022
DISSUE	0,751	0,358	4,405
TURN	0,338	0,407	0,690
SIZE	0,240	0,145	2,746
OCF_TA	-2,268	2,254	1,013
EISSUE	-0,689	0,469	2,162
LNEG	22,566	40192,970	0,000
Constante	-4,568	2,479	3,396
-2 Log likelihood	190,298	Obs. post 0	138
Cox & Snell R ²	0,086	Obs. post 1	46
Nagelkerke R ²	0,128	Total de observações	184

Tabela 43 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pré-adoção)

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t
Constante	9,638	3,948	2,441
BVEPS	0,668	0,237	2,819
NIPS	1,714	0,897	1,912
R ²	0,331	Total de observações	46
R ² ajustado	0,300	f-teste	10,655
Erro padrão da regressão	18,691	Soma dos quadrados da regressão	7.444,66
Soma dos quadrados dos resíduos	15.022,44		

Tabela 44 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pós-adoção)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t
Constante	18,574	2,573	7,218
BVEPS	0,259	0,179	1,444
NIPS	1,587	0,839	1,892
R ²	0,123	Total de observações	138
R ² ajustado	0,110	f-teste	9,503
Erro padrão da regressão	22,655	Soma dos quadrados da regressão	9.755,39
Soma dos quadrados dos resíduos	69.292,16		

Entretanto, foi na Amostra 2 que surgiram algumas observações a serem feitas. Quanto aos dois testes nas variâncias da variação do lucro, e na correlação entre *accrual* e fluxo de caixa operacional, não houve diferenças significativas com a Amostra 2.

Tabela 45 – Variância de $\Delta NI/TA$ e $\Delta NI/OCF$ (F-teste)

	$\Delta NI/TA$		$\Delta NI/OCF$		$\Delta NI/OCF - Outliers$	
	6.404	11.638	6.404	11.638	6.404	11.638
Média	0,0001	-0,0279	-0,2910	0,8045	0,1194	0,0803
Variância	0,0070	0,0106	104,7026	682,9176	0,3401	0,5087
Observações	229	167	182	167	156	139
F-teste	2,395		0,431		0,431	

Tabela 46 – Teste de normalidade (Kolmogorov-Smirnov)

		6.404		11.638	
		ACC/TA	OCF/TA	ACC/TA	OCF/TA
Observações		229	229	167	167
Parâmetros normais	Média	-0,014	0,084	-0,017	0,038
	Desvio padrão	0,124	0,141	0,147	0,137
Maiores diferenças	Absoluta	0,119	0,125	0,107	0,139
	Positiva	0,119	0,084	0,107	0,067
	Negativa	-0,057	-0,125	-0,084	-0,139
Kolmogorov-Smirnov Z		1,795	1,887	1,387	1,798
Asymp. Sig. (2-tailed)		0,003	0,002	0,043	0,003

Tabela 47 – Correlação de Spearman entre *accrual* e fluxo de caixa operacional

	6.404	11.638
Coef. Spearman	-0,808**	-0,668**

**Correlação ao nível de significância 0,01 (2-tailed)

Nas medidas de gerenciamento de resultado através de pequenos lucros e no reconhecimento oportuno de perdas é que houve variações significativas. O coeficiente do SPOS (variável que indica gerenciamento por pequeno lucro) novamente se mostrou positivo, porém mais elevado (Amostra 2: 0,175), e houve aumento na participação da variável no modelo, o teste Wald (Amostra 2; 0,186), ambos comparados com a Amostra 2.

Tabela 48 – Regressão logística para variável SPOS

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,077	0,075	1,067
LEV	0,009	0,010	0,871
DISSUE	0,001	0,076	0,000
TURN	0,059	0,199	0,088
SIZE	-0,077	0,080	0,929
OCF_TA	-3,817	0,935	16,676
EISSUE	-0,426	0,147	8,426
SPOS	0,302	0,440	0,473
Constante	1,649	1,311	1,583
-2 Log likelihood	501,004	Obs. post 0	229
Cox & Snell R ²	0,092	Obs. post 1	167
Nagelkerke R ²	0,124	Total de observações	574

A mudança mais significativa nesta amostra com as empresas do CPC 13 foi quanto ao reconhecimento oportuno de perdas. Isso porque com a saída das empresas que não divulgaram pelo menos uma informação comparativa, a variável de LNEG (variável para grandes prejuízos) perdeu sua significância no modelo (teste de Wald: 0,000). Este fato levanta a questão de que pode não ter havido aumento na qualidade da informação divulgada, o que se verifica através de maior conservadorismo.

Tabela 49 – Regressão logística para variável LNEG

Variável	Coeficiente	Erro padrão	Wald
GROWTH	-0,056	0,076	0,546
LEV	0,007	0,015	0,266
DISSUE	0,009	0,071	0,017
TURN	-0,051	0,203	0,062
SIZE	-0,082	0,081	1,008
OCF_TA	-3,831	0,980	15,269
EISSUE	-0,743	0,207	12,850
LNEG	27,041	10425,169	0,000
Constante	2,152	1,344	2,565
-2 Log likelihood	484,721	Obs. post 0	229
Cox & Snell R ²	0,129	Obs. post 1	167
Nagelkerke R ²	0,173	Total de observações	574

Quanto a relevância das informações contábeis, novamente não houve diferenças nas informações obtidas na Amostra 2.

Tabela 50 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pré-adoção)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	t
Constante	19,850	1,763	11,258
BVEPS	0,380	0,139	2,736
NIPS	0,037	0,498	0,074
R ²	0,071	Total de Obs.	299
R ² ajustado	0,063	f-teste	12,541
Erro padrão da regressão	21,499	Soma dos quadrados da regressão	7.979,473
Soma dos quadrados dos resíduos	104.461,778		

Tabela 51 – Dados regressão para variável dependente "PRICE" (período pós-adoção)

Variável	Coefficiente	Erro padrão	t
Constante	12,957	1,781	7,274
BVEPS	0,166	0,116	1,429
NIPS	0,871	0,438	1,989
R^2	0,082	Total de Obs.	275
R^2 ajustado	0,071	f-teste	146,868
Erro padrão da regressão	20,142	Soma dos quadrados da regressão	5.963,497
Soma dos quadrados dos resíduos	66.538,175		

Esta amostra trouxe mais algumas informações para a análise geral, pelo indício de que a qualidade das demonstrações relacionada ao conservadorismo pode não ter aumentado, pois quando foram retiradas as empresas que não divulgaram pelo menos uma informação comparativa, a variável perdeu a significância no modelo. Também mostrou que o gerenciamento de resultado por pequenos lucros aumentou sua significância, demonstrando nas três amostras que houve maior gerenciamento no período pós-adoção.

5. CONCLUSÃO

Esse trabalho teve por objetivo observar se houve melhora na qualidade da informação contábil no período de transição para a completa adoção das novas normas, verificado através de gerenciamento de resultados, reconhecimento oportuno de perdas e relevância das informações contábeis.

A definição de qualidade é ampla e pode ser discutida exaustivamente. Entretanto, na esteira de outros trabalhos (LANG: RAEDY; YETMAN, 2003; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), para esta pesquisa qualidade deve ser entendida como até mesmo pequenas melhoras observadas nos testes utilizados.

Para o alcance do o objetivo proposto, foram utilizadas bases referentes às empresas de capital aberto listadas na Bovespa que dispunham de todos os dados necessários aos testes propostos. Dessa ampla base foram obtidas duas amostras: a Amostra 1, composta das empresas que dispunham de todos os dados em todos os anos necessários, e a Amostra 2, formada por empresas que dispunham de todos os dados independentemente do período. A partir dessas duas amostras, foi realizado ainda um refinamento relacionado com as empresas que divulgaram pelo menos uma informação comparativa nos termos do pronunciamento CPC 13.

Quadro 03 – Resumo dos resultados: informações qualitativas

Propriedade	Testes	Amostra 1	Amostra 2	Amostra 1 - CPC 13	Amostra 2 - CPC 13
Gerenciamento de Resultado	1	+	+	+	+
	2	+	+	+	+
	3	+	+	+	+
	4	-	-	-	-
<i>Reconhecimento oportuno de perdas</i>	1	0	+	0	0
Relevância das informações contábeis	1	+	+	+	+

“+”: indícios de aumento na qualidade; “0”: sem significância estatística; “-”: indícios de diminuição na qualidade

Nas duas primeiras análises (Δ NI/TA e Δ NI/OCF) o propósito era verificar se houve melhora na qualidade através da diminuição do alisamento dos resultados. Para isso, ambas as

medidas partiam da premissa de que quanto maior a variância da variação dos resultados, maior era o indício de que as empresas não se utilizaram, ou utilizaram menos, da discricionariedade para manipulação dos resultados. Em todas as amostras apresentadas o resultado foi condizente com a expectativa, pois houve aumento na variância dos resultados reportados no período pós-adoção, indicando maior qualidade.

A terceira análise consistia em obter o entendimento de que houve menor alisamento de resultados através de *accruals*, obtido através da correlação entre os *accruals* e o fluxo de caixa das operações, onde o período com o menor coeficiente na correlação indicaria o menor alisamento. Novamente, conforme as expectativas, em todas as amostras o menor coeficiente apresentado foi no período pós-adoção.

Para a quarta análise foi utilizada uma regressão logística, com variáveis de controle, com o objetivo de se observar somente a SPOS (variável para pequenos lucros), a qual indicaria se teria havido aumento ou diminuição de gerenciamento de resultado através de pequenos lucros. Contrariando as expectativas, os resultados apresentados indicaram em todas as amostras, que (em níveis diferentes, e crescentes, de significância no modelo) houve aumento de gerenciamento de resultados no período pós-adoção. Esse resultado pode ser interpretado de diversas maneiras: como não houve ainda a completa adoção das novas normas, pode-se entender que apenas os 14 pronunciamentos não foram suficientes para diminuir o gerenciamento através de pequenos lucros; pode-se também cogitar a hipótese de que as novas normas geraram muitas perdas, sem que se consiga ainda limitar a discricionariedade de maneira eficiente, deixando às empresas, a oportunidade de gerenciar; ou pode-se ainda levantar questões quanto à aplicabilidade do modelo para o nosso mercado (debatido nas limitações do trabalho).

Assim como na quarta análise, foi utilizada uma regressão logística para se verificar se houve maior conservadorismo no período pós-adoção, observado pela variável que indica o reconhecimento de grandes prejuízos (LNEG). Na Amostra 1 não houve significância na variável no modelo, não cabendo, inicialmente, conclusões mais detalhadas. Já a Amostra 2 seguiu a expectativa e demonstrou um coeficiente positivo e significância estatística, o que indica que houve maior reconhecimento de grandes prejuízos (ou seja, maior conservadorismo) no período pós-adoção. Entretanto, quando se retirou da Amostra 2 as empresas que não haviam divulgado pelo menos uma informação comparativa do CPC 13, a variável perdeu sua significância estatística. Esse fato pode ter ocorrido por diversos motivos: não houve realmente aumento na qualidade das informações para as empresas com maior comprometimento (considerando-se as empresas de maior comprometimento aquelas

verificadas através do CPC 13); houve aumento na qualidade das informações para o mercado, sendo que a amostra a partir do CPC 13 não é parâmetro para maior qualidade; ou, assim como no gerenciamento por pequenos lucros, questões quanto à aplicabilidade do modelo para o nosso mercado (debatido nas limitações do trabalho).

Os motivos apresentados tanto para a análise do gerenciamento de resultados através de pequenos lucros quanto para a análise de reconhecimento oportuno de perdas são meramente explicações possíveis, pois os testes realizados não têm a capacidade de prever os motivos. Portanto devem ser estudados em trabalhos futuros, que tenham por objetivo alcançar essa compreensão.

Deve-se lembrar que, apesar da medida de conservadorismo não ter sido capaz de demonstrar com significância estatística que houve aumento na qualidade da informação contábil, a análise demonstrada pela quantidade de empresas que obtiveram aumento no patrimônio líquido e no lucro líquido é inferior a quantidade de empresas que obtiveram diminuições. Sugerindo a possibilidade de aumento do conservadorismo, entretanto não por grandes prejuízos. Novamente, cabendo maiores estudos mais aprofundados.

A sexta análise teve por objetivo obter, através do poder de explicação da formulação, em qual período a informação contábil sobre o patrimônio líquido e o lucro líquido foi considerado mais relevante pelo mercado. E, conforme a expectativa, em todas as amostras o R^2 apresentado foi maior no período pós-adoção, sendo um indício de que a percepção da relevância aumentou com a adoção da nova lei, ou seja, indicando que houve melhora na qualidade da informação contábil. Apesar de os resultados serem favoráveis, e do indício de que houve melhora na informação contábil, nesse caso talvez se façam necessários maiores análises, pois uma das variáveis utilizadas foram os preços das ações das empresas, e entre o período analisado houve uma crise econômico-financeira do final de 2008 ao início de 2009, em que os preços das ações tiveram grandes variações.

Pode-se dizer que, com os dados apresentados e através das medidas adotadas, houve aumento na qualidade da informação contábil, à exceção do gerenciamento através de pequenos lucros que apresentou aumento de gerenciamento, e do reconhecimento oportuno de perdas cujos resultados apresentaram variações entre as amostras. Portanto, para fins de análises gerais, estabeleceu-se que não houve significância nos resultados apresentados pelo conservadorismo, apesar do indício contrário demonstrado pelas normas do CPC 13.

Mesmo se for considerado o momento de transição, em termos gerais há indícios importantes de que houve aumento de qualidade das informações contábeis com as novas normas. Todavia também existem indícios, de que muitas empresas podem não estar adotando

as novas normas com compromisso e transparência, ou de que não estavam preparadas para as novas normas.

Ressalte-se que o estudo limita-se a explorar os dados, sem objetivo de prever tendências ou comportamentos, assim como as amostras e períodos apresentados. O presente estudo limita-se às particularidades das ferramentas empregadas. Por exemplo, Moraes e Curto (2008) utilizam variabilidade das variações, enquanto Barth, Landsman e Lang (2008) utilizam os resíduos de regressões das variações (entre outras diferenças). Entende-se que essas mudanças ocorreram devido à característica de cada estudo, pois um tem como foco somente um país, enquanto outro enfoca diversos países, sendo necessária a suavização dos dados em alguns efeitos entre países.

Quanto ao gerenciamento por pequenos lucros, deve-se deixar claro que a variável para pequenos lucros (SPOS) é determinada pela divisão do lucro líquido pelo ativo total, sendo caracterizada como gerenciamento por pequenos lucros se o resultado estiver entre 0,00 e 0,01. Essa variável é baseada no estudo de Burgstahler e Dichev (1997), que encontraram indícios de que as empresas gerenciavam resultados através de pequenos lucros, observados por meio da utilização da ferramenta estatística de painéis, através da frequência da distribuição dos lucros nos anos de 1977 a 1994 no mercado norte-americano, e concluíram que as empresas que gerenciam resultados naquele mercado, através de pequenos lucros, gerenciam na medida entre 0,00 e 0,01. Os resultados desse estudo foram aplicados em vários outros que se seguiram, mesmo naqueles que não utilizaram o mercado norte-americano, como o de Barth, Landsman e Lang (2008). Entretanto, existe a possibilidade de as empresas em nosso mercado gerenciarem através de pequenos resultados em outra proporção, e é possível que sejam necessários mais estudos ou estudo específico ao mercado brasileiro. Situação semelhante acontece com o reconhecimento oportuno de perdas, que também pode ser necessitar de mais estudos.

Sugere-se ainda que sejam estudadas outras formas de comparação dos dados obtidos através do pronunciamento CPC 13 com as medidas, ou ainda criar maneiras de se avaliar o nível de adequação ao pronunciamento, no intuito de medir a qualidade na adoção das normas.

Por último, deve-se ressaltar que essas informações foram obtidas em um período de transição, e que respostas mais reveladoras deverão ser obtidas quando houver a completa adoção dos IFRS.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. Earnings management no Brasil: estudo empírico em indústrias e grupos estratégicos. 2006. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). FUCAPE.

AMIR, E.; HARRIS, T.S.; VENUTI, E.K. A Comparison of the Value-Relevance of U.S. versus Non-U.S. GAAP Accounting Measures Using Form 20-F Reconciliations. **Journal of Accounting Research**. v.31, p.230–264, 1993.

BALL, R. Infrastructure Requirements for an Economically Efficient System of Public Financial Reporting and Disclosure. **Brookings-Wharton Papers on Financial Services**. p.127-169, 2001.

BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentives versus Standards: Properties of Accounting Income in Four East Asian Countries. **Journal of Accounting & Economics**. v. 36 , n. 1 a 3, p. 235 – 270, jan. 2003.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. “Earnings Quality in UK Private Firms: Comparative Loss Recognition Timeliness.” **Journal of Accounting & Economics**. v.39, p.83–128, 2005.

BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The Relevance of the value relevance Literature for Accounting Standard Setting: Another View. **Journal of Accounting & Economics**. v.31, p.77–104, 2001.

BARTH, M.E.; LANDSMAN, W.R.; LANG, M.H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**. v.46, n.3, p. 467-498, 2008.

BARTOV, E.; GOLDBERG, S.; KIM, M. Comparative value relevance among German, U.S. and International Accounting Standards: A German Stock Market Perspective.” **Journal of Accounting, Auditing and Finance**. v.20, p.95–119, 2005.

BASU, S. The Conservatism Principle and the Asymmetric Timeliness of Earnings. **Journal of Accounting and Economics**. n.24, p. 3-37, 1997.

CABRITA, P. M. A.A relevância da informação financeira antes e após a adoção das IAS/IFRS. 2008. 65f.Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). ISCTE. Disponível em <http://loki.iscte.pt:8080/dspace/handle/10071/1298>.

CARVALHO, L. N. O IASB (Junta de Normas Internacionais de Contabilidade) como proponente global das normas contábeis. **REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Conselho Federal de Contabilidade, Brasília -DF, Vol. 1, n° 2, abril/agosto 2007.

CHAIRAS, I. Y.; RADIANTO, W. R. D. Accounting Harmonization in ASEAN: the process, benefits and obstacles. *International Accounting and Finance*, Master Thesis n°. 2001:05, Göteborg University, School of Economics and Commercial Law. Disponível em <http://gupea.ub.gu.se/dspace/bitstream/2077/2499/1/Chairas_2001_5_inlaga.pdf> Acesso em out. 2009.

COMBARROS, J. L L. Armonización contable – perspectivas en la unión europea y en España. In: VII Congresso Del Instituto Internacional de Costos, n. 7, 2001. Anais eletrônicos do VII Congresso Del Instituto Internacional de Costos. Leon: Universidad, Servicio de Publicaciones y Medios Audiovisuales, n. 1, 2001. CD-ROOM.

DASKE, H. Economic Benefits of Adopting IFRS or US-GAAP - Have the Expected Costs of Equity Capital Really Decreased? **Journal of Business Finance and Accounting**. v.33 p.329–373, 2006.

ECCHER, E.; HEALY, P. M. The Role of International Accounting **Standards in Transitional Economies: A Study of the People's Republic of China**. Jun. 2000. **Working paper series**. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: out. 2009.

EWERT, R.; WAGENHOFER, A. Economic Effects of Tightening Accounting Standards to Restrict Earnings Management. **The Accounting Review**. v.43, p.1101–1124, 2005.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z. VINCENT, L. Empirical Research on Accounting Choice. **Journal of Accounting and Economics**. v.31, p.255-307, 2001.

HENDRIKSEN, E.S; BREDA, M.; tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999. p.234.

HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K. R. Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The Case of Germany. **Review of Accounting Studies**. v.12, p.623–657, 2007.

KARAMANOU, I.; NISHIOTIS, G. P. Disclosure and the Cost of Capital: Evidence from the Market's Reaction to Firm Voluntary Adoption of IAS. **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 37, n. 7 e 8, p. 793 – 821, set./out. 2009.

LAND, J.; LANG, M. Empirical Evidence on the Evolution of International Earnings. **The Accounting Review**. v.77, p.115–134, 2002.

LANG, M.; RAEDY, J.; WILSON, W. Earnings Management and Cross Listing: Are Reconciled Earnings Comparable to US Earnings? **Journal of Accounting and Economics**. v.42, p.255–283, 2006.

LANG, M.; RAEDY, J.; YETMAN, M. How Representative Are Firms That Are Cross Listed in the United States? An Analysis of Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**. v.41, p.363–386, 2003.

LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. Earnings management and investor protection: an international comparison. **Journal of Financial Economics**. v. 69, p.505-527, 2003.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade – Uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, A. B.; WALKER, M. Firm-level Incentives and the Informativeness of Accounting Reports: an Experiment in Brazil. **Working Paper**. 2008. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>> Acessado em: dez. 2009.

MARTINEZ, A.; L. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAIS, A. I.; CURTO, J. D. Accounting Quality and the Adoption of IASB Standards. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 19, n. 48, p. 103 – 111, set./dez. 2008.

PAULO, E. Gerenciamento de resultados e a oferta pública de ações pelas companhias abertas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador-BA. **Anais...**, Curitiba: ANPAD, 2006.

PENMAN, S. H., YEHUDA, N. The Pricing of Earnings and Cash Flow and an Affirmation of *Accrual Accounting*. **SSRN Working Paper**, 2004. Disponível em: <<http://www.ssrn.com>>. Acesso em: out. 2009.

RODRIGUES, A. Gerenciamento dos resultados contábeis através de receitas e despesas não-operacionais: estudo empírico das companhias “Nível 1” – Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE 6, 2006, São Paulo. Anais..., São Paulo, 2006.

TENDELOO, B. V.; VANSTRAELEN. A. Earnings Management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**. v.14, p.155–180, 2005.